CIBEC/INEP
B0018734

...TO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

37.014
B823d

...RIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

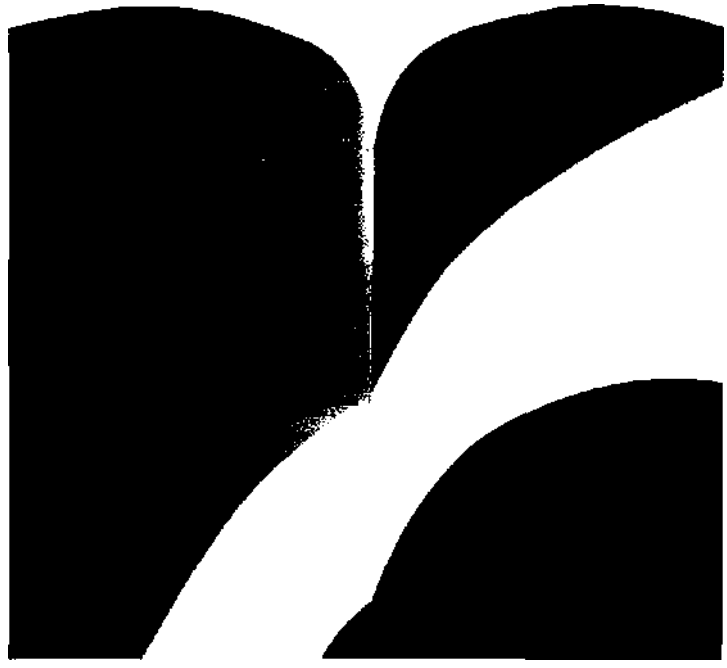
1996

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
1996



SUMÁRIO

Apresentação **4**

1 - CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO: REPERCUSSÕES SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL **6**

1.1 - *Introdução* 6

1.2 - O contexto econômico e social 6

1.3 - O contexto político 7

1.4 - Perfil da educação no Brasil 8

2 **- ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL** **14**

3 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FONTES **16**

4- ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL **19**

5 - CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO EDUCATIVO **21**

5./ - *Educação pré-escolar* *21*

5.2 - Ensino fundamental *21*

5.3 - Ensino Médio *29*

6-ENSINO SUPERIOR **39**

6.1 • Divisão dos efetivos de estudantes nas universidades e em outras instituições de ensino pós-secundário por domínio de formação *39*

6.2 - Número de estudantes que fazem seus estudos no exterior por domínio e nível de formação *40*

6.3 - Gestão do sistema de ensino superior: autonomia e gestão dos recursos financeiros *41*

6.4 *- Métodos de avaliação do desempenho dos estabelecimentos* *42*

6.5 - Dispositivos particulares referentes ao reconhecimento dos estudos e dos diplomas de ensino superior *43*

7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL **44**

7.1- *Gestão da Educação Especial* *44*

7.2 - Processo Educacional Especializado *45*

8 - **EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL** **47**

9 - SITUAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE **49**

9.1- Efetivo dos docentes, nos diferentes níveis e tipos de educação *49*

9.2 - Carga de trabalho dos docentes nos diferentes níveis de ensino 50

9.3 - Condições de trabalho e de emprego do pessoal docente, em particular das mulheres *50*

9.4 - O status social e profissional do pessoal docente *51*

10 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DO PESSOAL DOCENTE **53**

***10.1** - Efetivos nos estabelecimentos deformação de diferentes tipos* *53*

10.2 - Qualificações requeridas para o magistério nos diferentes níveis de ensino 55

10.3 - Formação dos diretores de estabelecimentos de ensino ***56***

11 - MEIOS DE INSTRUÇÃO, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA **57**

12 - INFORMAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO **58**

13 - POLÍTICAS E REFORMAS EDUCACIONAIS **60**

13.1 - Planos Nacionais de Educação *60*

13.2- Principais características das reformas em curso *61*

13.3 - Mudanças e inovações na educação ***63***

14 - COOPERAÇÃO BILATERAL, REGIONAL E INTERNACIONAL **69**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **71**



Apresentação

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso elegeu a Educação como uma das suas prioridades. Isto significa que, embora constatando os avanços que o país conseguiu realizar nesse campo, nas últimas décadas, é preciso reconhecer que, especialmente em relação ao ensino fundamental, muito ainda há por fazer para alcançar os níveis de eficiência e rendimento que o Brasil necessita para assegurar uma educação de qualidade para todos.

É sabido que a introdução de inovações e de mudanças estruturais nos sistemas educacionais é um processo que não se realiza em curto prazo. No caso brasileiro, muitas das iniciativas nesse sentido dependem da reformulação de dispositivos legais existentes e mesmo de alterações da própria Constituição da República, ou da criação de novos instrumentos legais, cuja tramitação é normalmente lenta. Daí porque algumas mudanças e inovações propostas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não estão implantadas, embora já se encontrem em fase final de discussão no Congresso.

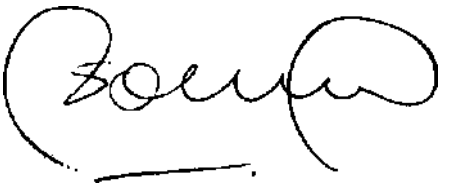
Não obstante, outras medidas que dependem de decisão apenas na órbita do Poder Executivo, especialmente do Ministério da Educação e do Desporto, já estão em execução e os resultados começam a ser sentidos concretamente. Chama a atenção o fato de que, apesar das limitações orçamentárias decorrentes do período de ajuste econômico que o Brasil está vivenciando, tem sido possível obter melhores resultados dos recursos aplicados. Em 1995, os investimentos públicos em educação, consideradas todas as esferas de governo, alcançaram a apreciável cifra de 4,6% do Produto Interno Bruto do país. Se acrescentados os investimentos privados, estimados indiretamente, chega-se a 5,5% do PIB, o que representa um significativo avanço em relação à

situação vigente até então. Além disso, este Relatório mostra, em geral, avanços importantes nos principais indicadores de desempenho do sistema educacional brasileiro.

O presente Relatório pretende retratar a evolução recente do sistema educacional brasileiro, destacando, quando é o caso, as mudanças introduzidas no período 1995-1996. Ao final, são descritas as reformas do arcabouço legal que estão propostas e com perspectivas de vigência a partir de 1997.

A sociedade brasileira está consciente da importância da educação tanto para o exercício da cidadania, como para o desenvolvimento econômico e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada.

As iniciativas e ações a seguir descritas estão orientadas para o atendimento destes anseios da nação brasileira.



PAULO RENATO SOUZA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

1 - CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO: REPERCUSSÕES SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL

1.1- Introdução

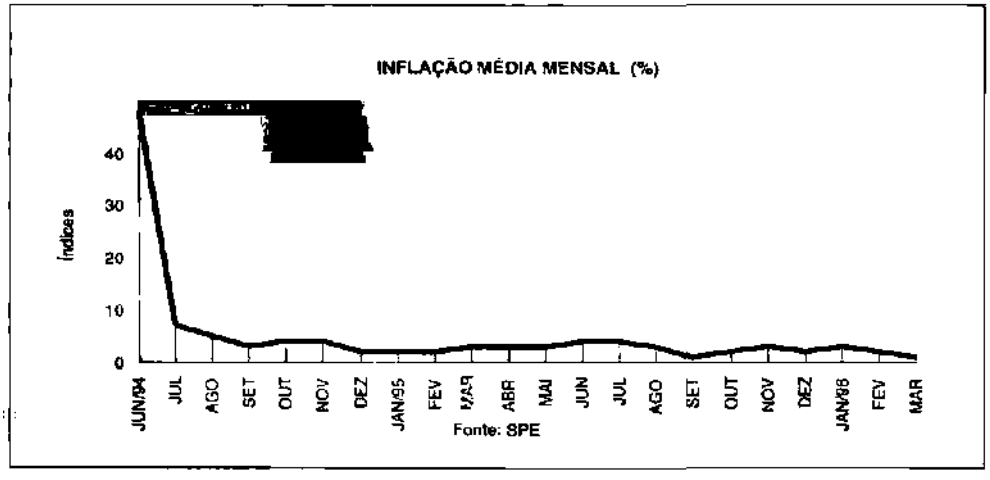
O contexto econômico, social e político do Brasil, no período 1994-1996, apresenta duas características principais que o distinguem: *na* economia, a deflagração e a continuidade do processo de estabilização monetária, com os conseqüentes reflexos na política fiscal e no desempenho dos programas sociais do governo; no campo político, o empenho na realização de algumas reformas estruturais, que dependem da aprovação do Congresso Nacional e têm forte impacto na questão fiscal e no equilíbrio das contas públicas.

Como é sabido, o processo de ajuste econômico e fiscal tem reflexos sobre o desempenho dos setores que dependem mais fortemente de investimentos governamentais, como é o caso da educação, saúde e ciência e tecnologia, entre outros. No caso do financiamento do sistema educacional brasileiro, é necessário, também, reformular certos mecanismos e procedimentos, para melhorar, substancialmente, a eficiência na aplicação dos recursos. Em capítulo específico deste documento, estão descritas as propostas do atual governo em relação a esta questão.

1.2 - 0 contexto econômico e social

No dia primeiro de julho de 1994, teve início a reforma monetária conhecida como Plano Real. Trata-se de um plano de estabilização que se tem revelado plenamente exitoso no combate à inflação: a taxa média mensal caiu de cerca de 50%, em julho de 1994, para um patamar próximo de 1%, nos primeiros meses de 1996.

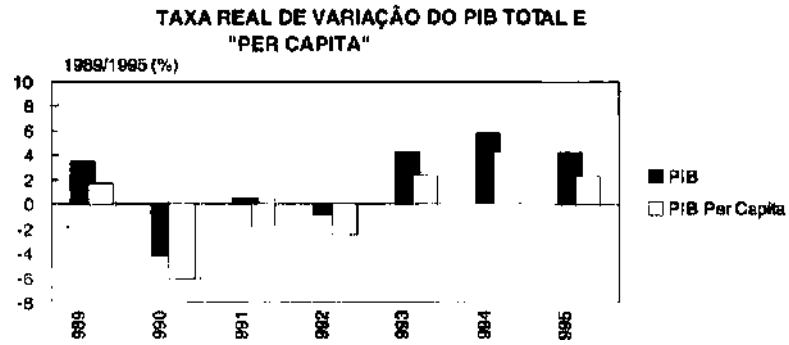
Embora não seja um objetivo em si mesma, a estabilização é condição essencial, ainda que não suficiente, para a realização de outros objetivos relevantes, tais como o crescimento sustentado da economia, do investimento, do emprego e da produtividade.



Em relação ao crescimento econômico, o triênio 1993-1995 foi marcado por uma recuperação que pôs fim a um longo período de taxas anuais médias negativas. Nos últimos três anos, o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média anual de 4,7%.

Ainda que moderada, a retomada do crescimento, associada ao controle da inflação, teve um efeito redistributivo da renda em favor das classes mais pobres. Houve um aumento real do rendimento médio

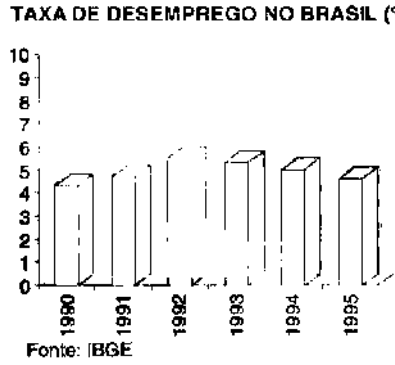
das pessoas ocupadas, acompanhado de uma forte contenção de **preços** dos **produtos** que compõem a **cesta** básica de alimentação. Apesar de o Brasil ainda apresentar um quadro geral de alta concentração da renda, entre 1994 e 1995, os 50% mais pobres apropriaram-se de 1,2% a mais da renda, enquanto os 20% mais ricos perderam 2,3%.



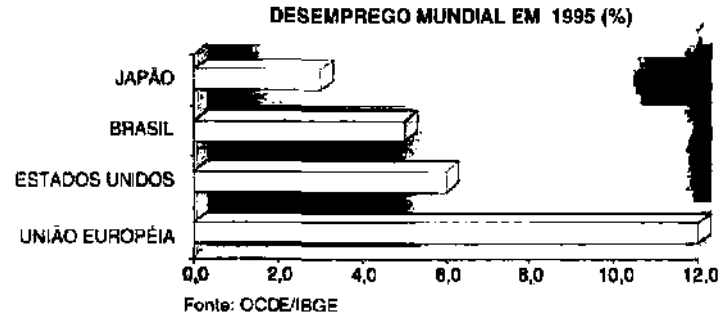
Fonte: IBGE

O quadro não é tão claro em relação ao emprego, porque a economia, especialmente, o setor da grande indústria, ainda se encontra numa fase de reestruturação e modernização. As pesquisas mensais de emprego apontam um declínio da taxa de desemprego, que caiu de 5,1%, em 1994, para 4,7%, em 1995. Alem disso, mantém-se uma tendência observada nos últimos dez anos, que mostra uma transferência significativa de empregos da indústria para os setores de serviços e de comércio, bem como de empregos no setor formal para ocupações no setor informal.

Verifica-se. finalmente, que o aumento do rendimento médio das pessoas ocupadas está associado a uma elevação do nível de escolaridade, o que reflete, por sua vez, uma alteração da estrutura ocupacional do emprego no País.



Fonte: IBGE



Fonte: OCDE/IBGE

1.3-0 contexto político

A sustentação do processo de estabilização e da retomada do crescimento econômico, a médio e longo prazos, exige algumas reformas no próprio aparelho do Estado. Juntamente com as reformas que estão sendo promovidas no campo específico da educação - descritas em outro capítulo deste relatório-o governo federal vem propondo ao Congresso Nacional outras medidas de relevância, sobretudo, para assegurar o equilíbrio das finanças públicas. No âmbito das reformulações de dispositivos constitucionais, incluem-se entre as iniciativas mais importantes:

• reformulação do conceito de empresa nacional e abertura para o capital estrangeiro em setores da infra-estrutura econômica antes vedados, como é o caso das telecomunicações e da exploração do subsolo, incluindo o petróleo;
• reformulação do sistema previdenciário;
• reforma administrativa com a qualificação do funcionalismo público;
• reforma dos sistemas tributário e fiscal.

Essas reformas terão impacto no campo específico da educação, notadamente, a questão tributária, já que a arrecadação de impostos constitui a principal fonte de financiamento do sistema educacional, e a questão da reforma administrativa, na medida em que possa interferir na gestão dos sistemas públicos de educação.

Apesar da dependência do sistema educacional em relação às reformas estruturais, ainda em fase de discussão no Congresso Nacional, muitos avanços já podem ser identificados, como se verá a seguir.

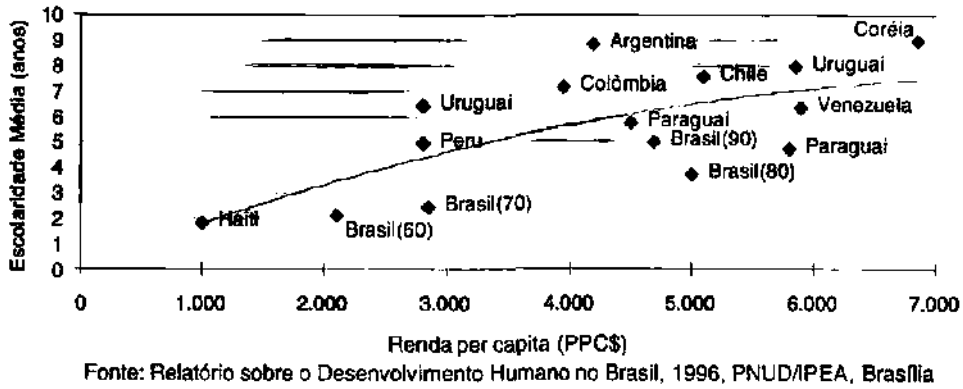
1.4 - Perfil da educação no Brasil

Nas duas últimas décadas, o perfil da educação brasileira apresentou mudanças significativas. Houve queda substancial das taxas de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas, em todos os níveis de ensino, e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população. No entanto, o quadro educacional do País ainda é bastante insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo quanto em relação a alguns indicadores quantitativos. Neste item, examinaremos as grandes tendências do quadro educacional brasileiro, com base nos principais indicadores de desempenho do sistema.

No que se refere à escolaridade da população, observam-se duas tendências importantes: o crescimento da renda *per capita* verificado nas últimas quatro décadas foi acompanhado de contínua expansão da taxa de escolaridade média, que passou de dois anos de estudo, em 1960, para cerca de cinco anos, em 1990 (gráfico 1). No entanto, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Brasil/1996, publicado recentemente pelo PNUD/ IPEA, o crescimento da escolaridade foi inferior ao esperado, considerando-se o ritmo do aumento da renda *per capita* no período. Em segundo lugar, a progressiva queda das taxas de analfabetismo, de 39,5% para 20,1%, nas últimas quatro décadas, foi paralela ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo, como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais (gráfico 2).

GRÁFICO 1

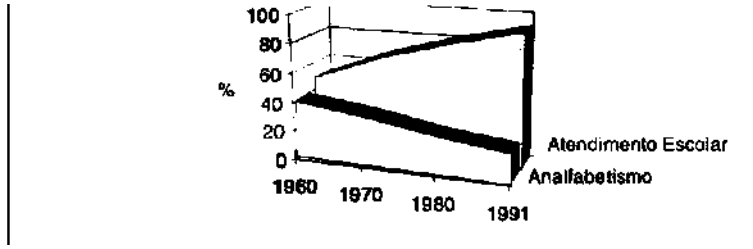
ESCOLARIDADE MÉDIA E RENDA PER CAPITA



Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996, PNUD/IPEA, Brasília

GRÁFICO 2

TAXAS DE ANALFABETISMO (15 anos ou mais)
E **DE ATENDIMENTO ESCOLAR (7 a14 anos)**
BRASIL -1960-1991



Este movimento não ocorreu de forma homogênea; acompanhou as características de desenvolvimento sócio-econômico do País e reflete suas desigualdades. Além das imensas diferenças regionais quanto ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe. também, destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor e o relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero, como mostram os dados abaixo.

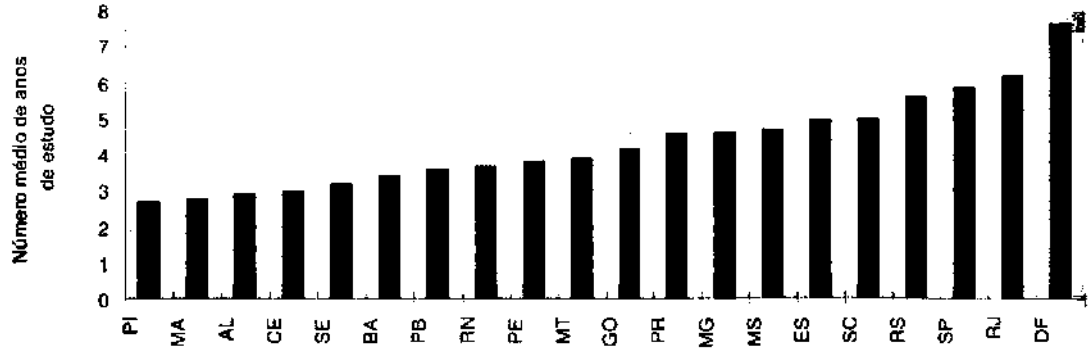
Tabela 1
NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS BRASIL – 1960 A 1990

	1960	1970	1980	1990
Gênero				
Homem	2,4	2,6	3,9	5,1
Mulher	1,9	2,2	3,5	4,9
Cor				
Branco	2,7	...	4,5	5,9
Preto	0,9	...	2,1	3,3
Pardo	1,1	...	2,4	3,6
Amarelo	2,9	...	6,4	8,6
Regiões				
Norte/Centro-Oeste	2,7	0,9	4	...
Nordeste	1,1	1,3	2,2	3,3
Sudeste	2,7	3,2	4,4	5,7
Sul	2,4	2,7	3,9	5,1

Fonte: Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996; PNUD/IPEA. Brasília 1996.

GRÁFICO 3

GRÁFICO 3
NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
BRASIL 1990



Na verdade, mais do que refletir as desigualdades regionais e as diferenças de gênero e cor, o quadro de escolarização desigual do País revela os resultados decorrentes do processo de extrema concentração de renda e níveis elevados cie pobreza. Apesar do crescimento da taxa de escolarização das últimas décadas, pesquisas[1] indicam a correlação existente entre os indicadores de renda e a situação educacional do País:

I. 81 % das crianças de 5 a 6 anos de famílias com renda familiar *per capita* superior a 2 salários-mínimos (S.M.) freqüentam a pré-escola, contra apenas 37% das crianças de famílias pobres;

II. 97% das crianças de 7 a 14 anos de famílias com renda familiar superior a 2 S.M. *per capita* freqüentam o primeiro grau (1ª a *8ª* séries), contra apenas 75% das crianças de famílias pobres, apesar da crescente universalização;

III. 80% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias com renda *per capita* superior a 2 S.M. freqüentam a escola, enquanto apenas cerca de 40% daqueles provenientes de famílias pobres permanecem estudando;

IV. 39,8% dos jovens de 15 a 17 anos das famílias pobres somente trabalham.

Esta situação torna-se ainda mais grave ao observarmos a evolução da distribuição da população por nível de escolaridade. Se é verdade que houve considerável avanço na escolaridade correspondente à primeira fase do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), também é verdade que, em relação aos demais níveis de ensino, os indicadores ainda são insuficientes: em 1990, apenas 19% da população do País possuíam o primeiro grau completo, 13%, o nível médio e 8%, o nível superior. Considerando-se a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar, democraticamente. da vida social e do mundo do trabalho, os dados da tabela 2 indicam a urgência das tarefas e o esforço que o Estado e a sociedade civil deverão fazer para superar a médio prazo o quadro existente.

Tabela 2

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO (%) BRASIL - 1960 a 1990

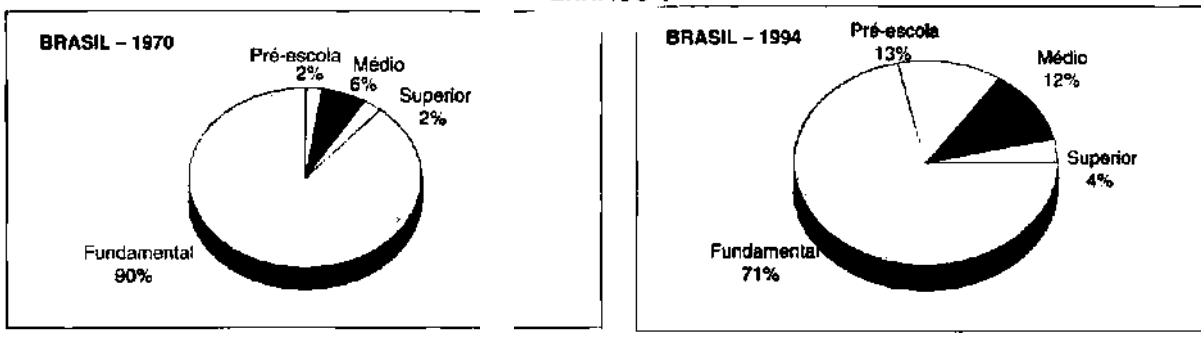
Nível de educação	1960	1970	1980	1990
Analfabetos	46	42	33	22
Fundamental 1ª fase	41	40	41	38
Fundamental 2ª fase	10	12	14	19
Médio	2	4	7	13
Superior		1 2	5	8

Fonte: Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano, 1996; PNUD/IPEA, Brasília 1996.

Há, contudo, aspectos bastante positivos no período recente do desenvolvimento educacional. O exame da participação dos níveis de ensino no total de matrículas iniciais, nos últimos 20 anos, sugere um redesenho da estrutura do sistema educacional do País (gráfico 4). O ensino fundamental que, cm 1970, respondia por cerca de 90% do total de matrículas, vem diminuindo sua participação no conjunto do sistema, ao lado da progressiva expansão dos demais níveis de ensino. Assim, em 1994, observa-se o seguinte quadro: 72% do total de matrículas referem-se ao ensino fundamental; 13%, ao pré-escolar; 10%, ao ensino médio; e cerca de 4%, ao nível superior.

[1]Vera respeito Relatório Sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996, PNUD/IPEA, P.35.

GRÁFICO 4



EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR GRAU DE ENSINO (EM MIL)

	PRÉ-ESCOLA	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
1970	374	15.895	1.119	425
1975	566	19.549	1.936	1.073
1980	1.335	22.598	2.819	1.377
1985	2.482	24.770	3.016	1.368
1991	5.284	29.204	3.770	1.565
1994	5.687	31.220	5.073	1.661

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

A dinâmica deste movimento ganhou um significado próprio nos últimos 10 anos. Além d*a* magnitude dos segmentos populacionais atendidos pelo sistema de ensino - ao todo, 42,7 milhões de alunos - nota-se acelerado crescimento das taxas de atendimento escolar por faixa etária (tabelas 3. 4 e 5):

I. do total de 9,9 milhões de crianças de 4 a 6 anos, 48% encontram-se na pré-escola, contra apenas 28,6% em 1985;

II. do total de 27,4 milhões de crianças de 7 a 14 anos, mais de 96% são atendidas, contra 81,8% em 1985;

III. do total de 9,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de 77% são atendidos pelo sistema, contra apenas 59,2% em 1985.

Tabela 3
MATRÍCULAS INICIAIS POR FAIXA ETÁRIA EM TODOS OS GRAUS DE ENSINO
BRASIL-1970-1994

	4 A 6	7 A 14	15 A 17	ACIMA DE 17
1970	790.767	13.216.870	2.555.045	1.116.602
1975	1.071.978	15.955.348	3.742.023	2.299.712
1980	1.749.731	18.652.612	4.691.621	2.884.790
1985	2.760.547	20.434.737	5.166.293	3.071.814
1991	4.227.580	25.287.823	6.386.482	3.580.693
1994	4.759.854	26.426.111	7.753.422	4.310.875

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

Tabela **4**
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 4 A 17 ANOS
BRASIL--1970-1994

	POP 4 A 6	POP 7 A 14	POP 15 A 17
1970	8.465.482	19.693.089	6.372.848
1975	8.816.840	21.270.000	7.284.335
1980	9.182.782	23.009.608	8.326.190
1985	9.655.382	24.968.255	8.725.340
1991	10.254.716	27.611.580	9.229.657
1994	9.923.394	27.472.964	9.672.875

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos.
OBS.: Os dados de 1994 correspondem a estimativas da FIBGE (AEB-94).

Tabela 5
TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA
BRASIL-1970-1994

	DE 4 A 6	DE 7 A 14	DE 15 A 17
1970	9,30	67,10	40,10
1975	12,20	75,00	51,40
1980	19,10	81,10	56,30
1985	28,60	81,80	59,20
1991	41,20	91,60	69,20
1994	48,00	96,20	80,20

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

Neste quadro de expansão do atendimento, além da universalização do acesso ao ensino fundamental, a evolução das taxas de escolarização bruta por níveis de ensino sinaliza duas tendências principais: o rápido crescimento da educação pré-escolar e do ensino médio; a estagnação das taxas de escolarização do ensino superior, (gráfico 5)

No que se refere à educação básica, considerando-se os três níveis de ensino (pré-escolar, fundamental e médio), tal fenômeno deve-se, sobretudo, ao esforço do setor público, cuja participação na oferta de matrículas é sistematicamente ascendente e predominante em relação ao setor privado, (gráfico 6) Com a exceção do ensino fundamental que, desde meados da década de 60, já colocava o setor público em destaque na oferta de matrículas e responde por quase 90% da cobertura, nos anos 90, chama a atenção sua significativa expansão no atendimento da pré-escola e do ensino médio: em 1994, a rede pública passa a responder por cerca de 77% da matrícula desses dois níveis de ensino.

GRÁFICO 5

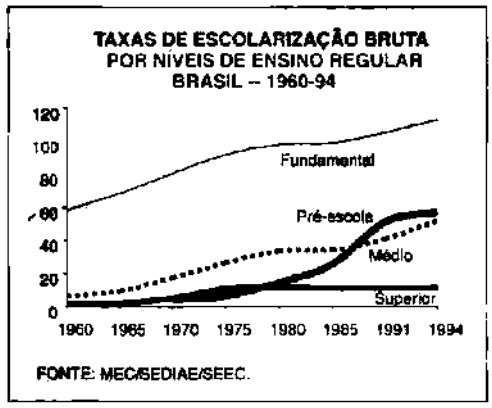
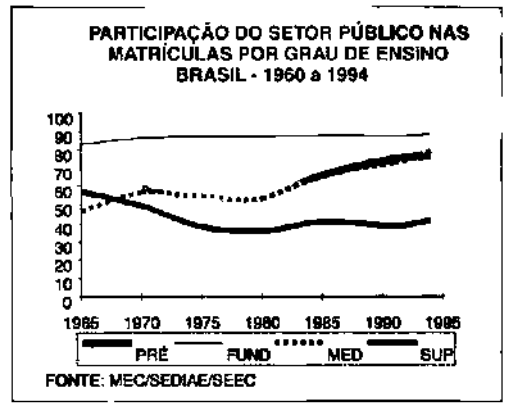


GRÁFICO 6



No caso do ensino superior, o processo de estagnação verificado na última década deve-se a um conjunto de fatores. De um lado, a própria dinâmica da expansão do sistema, nos últimos vinte anos, seguiu uma lógica perversa: o acesso às universidades públicas e gratuitas, que apresentam níveis elevados de qualidade do ensino, é extremamente competitivo e seleciona os alunos de renda mais alta, com melhor formação de nível médio, em geral, provenientes de escolas privadas. De outro lado, o setor privado, predominante na oferta, tem sofrido os efeitos do quadro recessivo e de perda do poder aquisitivo da classe média baixa, que constitui sua principal clientela.

Certamente, porém, uma das causas mais importantes deste fenômeno relaciona-se aos cursos ofertados, que não correspondem a parte da demanda atual, bem como à necessidade de ampliação da oferta de cursos noturnos, que contam com maior procura. Prova disso é o número de vagas não preenchidas BO vestibular que chega a 19% da oferta, o que indica a urgente necessidade de aprofundar o processo de avaliação dos cursos de graduação, com o objetivo de identificar os rumos que deverão orientar a expansão das oportunidades de matrículas do ensino de nível superior.

2 - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL

O Sistema de Ensino Brasileiro encontra-se organizado em três níveis: ensino fundamental (1º Grau), ensino médio e tecnológico (2° Grau) e ensino superior, com dois patamares distintos: a graduação e a pós-graduação.

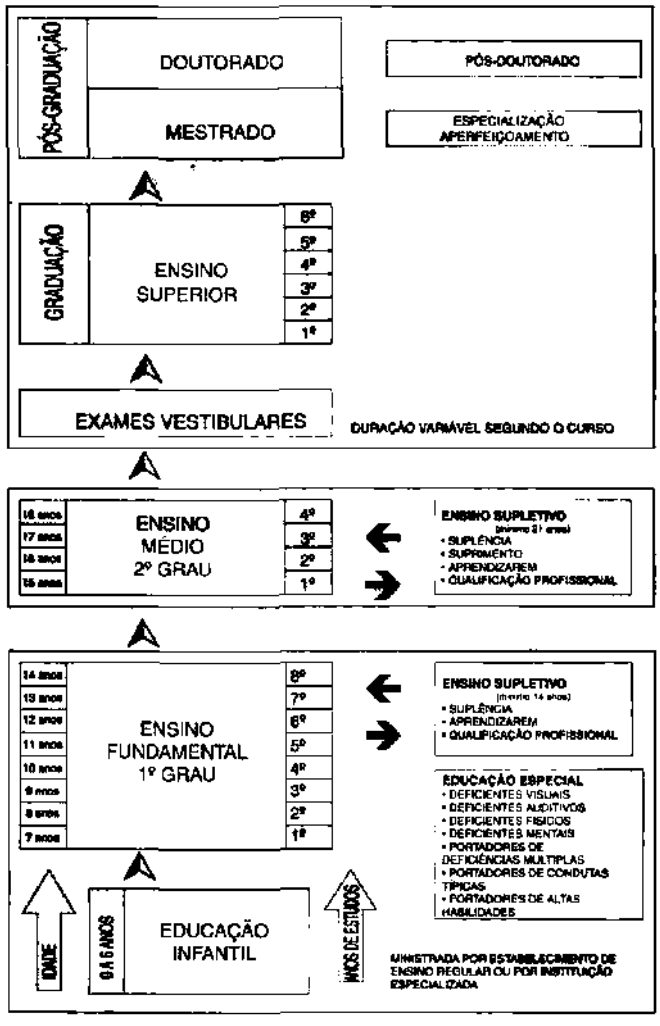
A esta estrutura hierarquizada acrescenta-se a educação infantil (creche e pré-escola), destinada ao atendimento às crianças com menos de sete anos de idade. A organização e o funcionamento de instituições específicas para a educação pré-escolar seguem as mesmas normas estabelecidas para o ensino fundamental, guardando, no entanto, sua especificidade em função das características da faixa etária das crianças.

Já os alunos portadores de necessidades especiais são atendidos, preferencialmente, na rede regular de ensino, com os apoios complementares específicos, ou em instituições especializadas. Esse atendimento ocorre desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino.

Para o jovem e o adulto que não tenham seguido ou concluído a escolarização regular, na idade própria, há a possibilidade de suprir esse atraso mediante cursos e exames supletivos, adequando a modalidade de ensino ao tipo especial de aluno a que se destina.

QUADRO 1

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL





Com uma vasta extensão territorial, o Brasil abriga diversos subgrupos culturais, o quo exige a atenção especial dos planejadores da educação, ajustando os currículos, calendários e horários às diferenças de cada região e, até mesmo, de subgrupos da população.

Por isso, o ano letivo regular independe do ano civil, conforme define a Lei de Educação em vigor, e compreende 200 dias de trabalho efetivo para todos os níveis de ensino, excluído o tempo dedicado aos exames.

A programação pedagógica, no que diz respeito à educação infantil, não-obrigatória, compreende as seguintes formas:

- creches on entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade;
- pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos de idade.

O ensino fundamental, obrigatório para as crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, tem a duração de 8 séries, perfazendo anualmente, no mínimo, 800 horas-aula de atividades. De acordo com as normas internas de cada sistema de ensino, o ingresso no ensino fundamental pode se dar aos 6 anos de idade.

A matrícula e a freqüência ao ensino fundamental são permitidas fora da faixa etária própria. A partir de 18 anos, porém, o aluno deverá ingressar no ensino supletivo para concluir esse nível.

O ensino médio tem duração de 2.200 horas de trabalho escolar efetivo, distribuídas pelo menos em 3 séries anuais. Admite-se para a escola a organização semestral e a matrícula por disciplina.

O ramo técnico tem a duração de 3 ou 4 séries anuais, conforme a habilitação profissional, compreendendo uma carga horária mínima de trabalho escolar efetivo:

- técnicos do setor primário - mínimo de 2.900 horas, das quais pelo menos 1.200 horas são de conteúdos profissionalizantes, além da complementação da prática em projetos (estágio curricular);
- técnicos do setor secundário - mínimo de 2.900 horas, das quais pelo menos 1.200 horas são de conteúdo profissionalizante, além da complementação do exercício profissional;
- técnicos do setor terciário - mínimo de 2.200 horas, das quais pelo menos 900 horas são de conteúdo profissionalizante.

O ensino superior, no Brasil, encontra-se organizado em dois níveis: a graduação e a pós-graduação, que pode ser entendida *lato sensu* (cursos de atualização, aperfeiçoamento ou especialização) ou *stricto sensu* (cursos de mestrado e de doutorado). Pode ser ministrado em escolas isoladas ou em universidades. As primeiras voltam-se, basicamente, à formação de profissionais de nível superior, para uma ou mais profissões OU carreiras. As universidades, além da formação de profissionais de nível superior, devem promover a pesquisa básica e aplicada, bem como prestar serviços à comunidade sob a forma de cursos e outras atividades de extensão universitária.

Os cursos têm duração de 4 a 6 anos. Na pós-graduação, a duração varia entre 2 e 4 anos, para os cursos de mestrado, e entre 4 c 6 anos, para o doutorado.

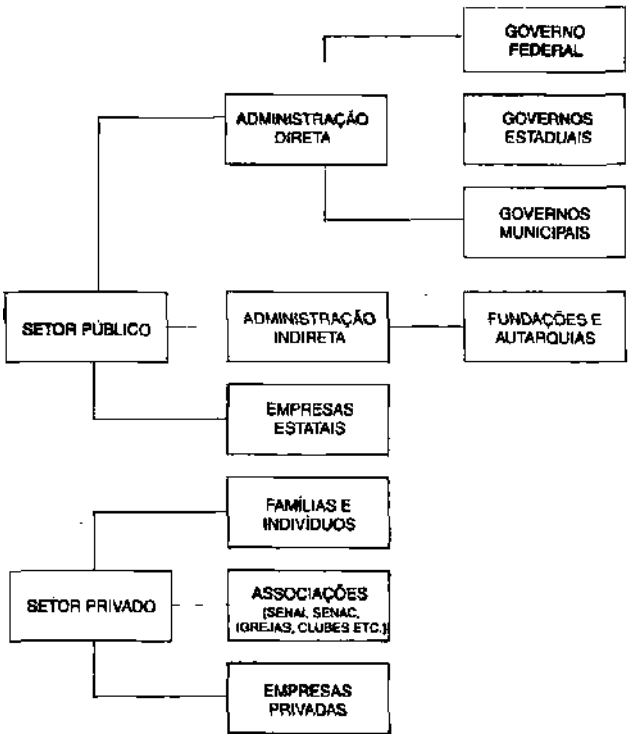
Observadas as diretrizes e normas estabelecidas para os currículos mínimos dos cursos de graduação, cada instituição de ensino superior define o calendário escolar e o programa de ensino, podendo adotar o regime de séries anuais ou semestrais ou o regime de créditos por disciplinas.

3 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FONTES

A educação brasileira, em seus diferentes graus e modalidades, é financiada por recursos provenientes do setor público, por meio dos órgãos da administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, e pelo setor privado, que mantém escolas particulares e cobra mensalidades das famílias, associações e de outras entidades privadas, conforme ilustra o diagrama abaixo:

QUADRO 2

DIAGRAMA DE FINANCIAMENTO



As principais fontes públicas de recursos para a educação brasileira são provenientes das seguintes esferas governamentais:

UNIÃO

. Recursos orçamentários, oriundos da receita de impostos federais. A União, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal, deve aplicar, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, pelo menos 18% do total da arrecadação tributária de cada exercício.

. Recursos provenientes do salário-educação, vinculados à educação fundamental, que correspondem à alíquota de 2,5% da folha de salários-contribuição devida pelas empresas comerciais e industriais e, no caso de empresa agrícola, produtor ou empregador rural, 0,8% sobre o valor comercial dos produtos. Cabe à União administrar 1/3 do total arrecadado.

. Outros recursos oriundos de diversas fontes, destacando-se o Fundo Social de Emergência.



ESTADOS

. Recursos orçamentários ordinários provenientes da receita tributária estadual. De acordo com o Art. 212 da Constituição Federal, no mínimo 25% da arrecadação dos Impostos estaduais devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino. As constituições de alguns estados destinam percentuais superiores ao mínimo estabelecido pela Constituição Federal.

. Fundo de Participação dos Estados (FPE), resultante da transferência de recursos federais. Desse total, 25% devem ser aplicados em educação.

. Recursos provenientes da quota-parte do salário-educação, correspondente a 2/3 do total arrecadado no estado, devendo os recursos ser aplicados na educação fundamental.

. Outros recursos oriundos de diversas fontes, destacando-se aqueles provenientes da quota do salário-educação sob a responsabilidade administrativa do Ministério da Educação e do Desporto, transferidos aos estados.

MUNICÍPIOS

. Recursos orçamentários ordinários, provenientes da receita tributária municipal. De acordo com o Art. 212 da Constituição Federal, também no município 25% dos recursos devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Vários municípios, principalmente as capitais, destinam percentuais superiores ao mínimo determinado na Constituição.

. Fundo de Participação dos Municípios (FPM), resultante da transferência de recursos federais, sendo que 25% dos recursos transferidos devem ser aplicados em educação.

. Outros recursos oriundos de diversas fontes, destacando-se os provenientes da cota do salário-educação sob a responsabilidade do Ministério da Educação e das secretarias estaduais de educação, transferidos aos municípios.

TABELA 6
RECEITA DE IMPOSTOS DISPONÍVEL NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NO BRASIL - 1995

TRIBUTOS	R$ BILHÕES	PORCENTAGEM	
		% TOTAL	% PIB
1 – Impostos – obrigações constitucionais	25.474	89,00	4,03
1.1 – Constituição Federal	24.274	85,00	3,84
1.2 – Constituições Estaduais (SP, RJ, RS, MS, PI)	1.200	4,00	0,19
2 – Contribuições sociais	3.133	11,00	0,50
2.1 – Salário-Educação	2.376	8,00	0,38
2.2 – SENAI	494	2,00	0,08
2.3 – SENAC	229	1,00	0,04
2.4 – SENAT	34	0,00	0,00
TOTAL	28.607	100,00	4,53

Em 1995, considerando-se a soma dos recursos públicos de todas as fontes mencionadas, os vários níveis de governo destinaram cerca de R$ 27,8 bilhões ao financiamento dos diferentes programas de educação, o que representa 4,5% do PIB, estimado, no valor de R$ 631,6 bilhões. A esses recursos somam-se outros R$ 750 milhões, correspondentes à arrecadação dos três principais serviços nacionais de formação profissional, elevando o total de aplicações provenientes de tributos e contribuições sociais a R$ 28,6 bilhões, ou 4,6% do PIB.



TABELA 7

RECEITA DE IMPOSTOS DISPONÍVEL NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL, POR NÍVEL DE GOVERNO - 1995

NÍVEL DE GOVERNO	R$ BILHÕES	%
Federal	5.423	22,30
Estadual	11.659	48,10
Municipal	7.192	29,60
TOTAL	24.274	100,00

Segundo os níveis de governo, os estados contribuem com a maior parcela do financiamento público da educação, pouco mais de 48%, seguidos dos municípios com 30% e da União, que aporta cerca de 22%. Considerando-se o agregado dos recursos públicos, o ensino fundamental absorve a maior parcela do investimento, cerca de 36%, seguido do ensino superior com 25%.

O ensino médio, com 5%, e a educação infantil, com 4%, são os segmentos que, na educação regular, absorvem as menores parcelas do Investimento público. Esses percentuais alteram-se quando se considera o investimento de cada nível de governo: os estados gastam significativamente mais do que a média. no ensino fundamental, e os municípios gastam acima da média, na educação infantil, .lá no caso do Governo Federal, a maior concentração dos dispêndios é na manutenção da rede de ensino superior (Quadro 3). Como se observa no Quadro 3, a despesa efetiva do Governo Federal através do Ministério da Educação supera largamente a receita de impostos constitucionalmente vinculada à educação.

QUADRO 3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

DETALHAMENTO DAS DESPESAS - 1995

	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL GERAL	o/
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.641.070.660	8.006.512	1.649.077.172	17.90
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.519.838	-	1.519.838	-
EDUCAÇÃO ESPECIAL	11.646.040	-	11.646.040	-
ENSINO FUNDAMENTAL	968.559.003	324.622.687	1.293.181.690	14,00
ENSINO MÉDIO	517.162.730	19.684.839	536.847.569	5,80
ENSINO SUPERIOR	4.454.447.391	591.782.608	5.046.229.999	54,70
CULTURA	16.051.684	752.888	16.804.572	-
ALIMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE	635.418.754	30.531.142	665.949.896	7,20
TOTAL	8.245.876.100	975.380.676	9.221.256.776	100,00

Finalmente, é possível estimar o investimento privado em educação, no Brasil, a partir dos custos médios por nível de ensino. Assim, considerando-se um custo médio de R$ 350,00, no ensino fundamental, R$750,00, no ensino médio, e RS 2.500, no superior, pode-se estimar o gasto privado total em torno de 20% do total do investimento público - cerca de R$ 5 bilhões, ou 0,87% do PIB, em 1995. Portanto, o gasto total com educação no Brasil, em 1995, considerados gastos públicos e privados, representou 5.5% do Produto Interno Bruto.



4 - ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

As competências das diferentes esferas do Poder Público, em relação aos sistemas educacionais, estão definidas na Constituição do País.

A responsabilidade pelo ensino público, prioritariamente e não de forma exclusiva, é assim dividida: ensino fundamental (1º Grau) cabe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; ensino médio (2° Grau), aos estados e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências; ensino superior, técnico e tecnológico, à União e aos estados.

Respeitadas as disposições legais, a participação da iniciativa privada é livre em todos os graus de ensino, mediante autorização e avaliação pelo Poder Público.

Nas disposições constitucionais de 1988 está implícita, portanto, a descentralização das competências para os estados, o Distrito Federal e os municípios. Pela primeira vez, os municípios ganharam a condição de partícipes no cumprimento das obrigações educacionais.

Representada pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC, com a colaboração do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo e deliberativo, à União compete coordenar a elaboração de Planos Nacionais de Educação, prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal c aos municípios, para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. Além disso, o Ministério mantém uma rede federal de estabelecimentos de ensino, compreendendo universidades, instituições isoladas de ensino superior, escolas técnicas e agrotécnicas e centros de educação tecnológica, e ainda supervisiona a rede privada de ensino superior.

A administração da rede de escolas pertencente aos estados e ao Distrito Federal é de competência das respectivas secretarias de educação, bem como a fiscalização do funcionamento da rede particular, sendo as funções normativas exercidas pelos conselhos estaduais de educação.

A administração das escolas mantidas pelo município é exercida por uma secretaria municipal de educação ou órgão similar. Os conselhos municipais de educação poderão exercer funções normativas, delegadas pelo conselho estadual de educação.

Do ponto de vista legal, não há distinção quanto à validade e aos direitos decorrentes dos estudos realizados nas escolas públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, daqueles realizados nas escolas particulares autorizadas e reconhecidas.

A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino é regulada no respectivo regimento, aprovado pelo órgão normativo próprio de cada sistema. Aspecto Importante a considerar, no âmbito de cada sistema, é a dinâmica de seu Funcionamento. As atividades e as unidades de ensino encontram-se reguladas e coordenadas por um órgão normativo e geridas por um órgão executivo central.

No plano federal, as decisões políticas são tomadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, assessorado pelo Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, cada uma com doze conselheiros escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.

Nos estados e no Distrito Federal, a situação é análoga, sendo a administração exercida pelas secretarias estaduais de educação e as funções normativas, pelos conselhos estaduais de educação e pelo Conselho de Educação do Distrito Federal. Nos municípios, é crescente a criação de secretarias municipais de educação e de conselhos municipais de educação.

Na tarefa educacional, encontram-se envolvidos, ainda, outros organismos governamentais ou não-governamentais. ora por meio de convênios firmados para esse fim, ora por ações conjuntas com finalidades precípuas.

Os Ministérios do Trabalho e da Educação integram-se na definição da formação profissional, tendo como unidades executoras dessas políticas as escolas técnicas, agrotécnicas. Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial - SENAI, e seus correspondentes do comércio, do transporte e da área rural: SENAC, SENAT e SENAR.



Observa-se. atualmente, uma crescente preocupação em ampliar a fundamentação teórica, reforçada pelas mutações das condições de trabalho, especialmente nas modernas empresas especializadas e baseadas na produção com incorporação de recursos tecnológicos.

O Ministério da Saúde atua na área educacional, promovendo constantes campanhas de vacinação e de conscientização relativa aos aspectos higiênicos e profiláticos de doenças nas escolas. Juntamente com 0 MEC, o Ministério da Saúde vem adotando políticas de desenvolvimento de recursos humanos para a área de saúde, executadas pelos estados.

Os Ministérios Militares mantêm escolas de ensino fundamental, a partir da 5ª série, e de ensino médio, abertas a todos e destinadas à formação adequada de alunos que, em grau mais avançado, queiram seguir a carreira militar. Mantêm, ainda, diversas Academias Militares com cursos superiores de preparação específica para cada Arma.

O Ministério das Comunicações, por sua vez, contribui ao viabilizar a transmissão de programas educacionais, via rádio e televisão, às mais Longínquas regiões do País, ampliando e aprimorando os conhecimentos dos professores e beneficiando, presentemente, 25 milhões de alunos.

No momento, a própria Presidência da República vem se empenhando no atendimento assistencial e pedagógico às populações menos favorecidas. Para tanto, instituiu 0 **Programa Comunidade Solidária** com a finalidade de oferecer assistência à população escolar mais carente matriculada nas redes públicas de ensino. Esse programa funciona em articulação com o MEC.

Vários, também, são os convênios Firmados, institucionalmente, entre o Ministério da Educação e do Desporto e organismos governamentais vinculados à agricultura e zootecnia com o objetivo de desenvolver, nessas áreas, estudos e projetos de caráter eminentemente educativo e pedagógico, que atendam não somente a alunos, mas promovam, ainda, o aperfeiçoamento docente.



5 - CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO EDUCATIVO

Conforme já foi mencionado, o sistema de ensino está organizado em três níveis: fundamental (1° Grau), médio e tecnológico (2º Grau) e superior, compreendendo dois patamares: a graduação e a pós-graduação. Esta estrutura completa-se com a educação infantil (creche e pré-escola) destinada ao atendimento às crianças de idade inferior a 7 anos.

Os objetivos gerais do ensino são concebidos em função do grau de maturação da personalidade e da faixa etária do educando. Assim, a legislação vigente define objetivos distintos para os diferentes graus e modalidades do ensino.

5.*1* - *Educação pré-escolar*

As diretrizes pedagógicas para a educação pré-escolar são definidas em âmbito nacional e complementadas pelos estados e municípios, que elaboram suas próprias propostas pedagógicas e/ou curriculares. Os avanços na pesquisa, principalmente na psicologia da educação, têm contribuído para a evolução dos métodos pedagógicos aplicados na educação infantil.

Os objetivos da educação pré-escolar, propostos na política nacional, são:

- proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança;
- promover a aplicação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social;
- contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

As diretrizes da política de educação infantil e o currículo levam em conta o grau de desenvolvimento da criança e a diversidade social e cultural da população-alvo.

5.2 - Ensino fundamental

O ensino fundamental é obrigatório para todas as crianças dos 7 aos 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos públicos, inclusive para quem não teve acesso a ele na idade própria.

O currículo para esse nivel de ensino estrutura-se a partir de um núcleo comum que lixa matérias em âmbito nacional, e de uma parte diversificada, estabelecida pelos sistemas de ensino, por meio de seus órgãos normativos, conforme suas necessidades e possibilidades, para atender às peculiaridades locais, aos planos das escolas e às diferenças individuais dos alunos.

O currículo pleno é elaborado com base nas matérias fixadas em nível nacional e regional, cabendo a cada escola adotar as formas de ensinar (atividades, áreas de estudo ou disciplinas), bem como as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, no que diz respeito aos respectivos conteúdos. O núcleo comum abrange Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa), Estudos Sociais (Geografia e História) e Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas). É obrigatória a inclusão das disciplinas de Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde, Preparação para o Trabalho e ensino religioso, sendo este último de matrícula facultativa ao aluno.

Com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, serão introduzidos dois novos temas - Convívio Social e Ética - que vão sistematizar o tratamento de questões como Orientação Sexual. Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluraridade Étnica - permeando o ensino das disciplinas básicas do currículo.

A ordenação do currículo feita por séries anuais de disciplinas, áreas de estudo ou atividades, segundo definição da escola, possibilita a inclusão de opções variadas, conforme seu plano de ensino. Admite-se, também, a organização semestral, desde que assegure o relacionamento, a ordenação e a seqüência dos estudos.

É obrigatório a oferta de estudos de recuperação, proporcionados aos alunos que apresentem aproveitamento insuficiente, para dar-lhes chances de obter a aprovação final. Para tanto, os estabelecimen-

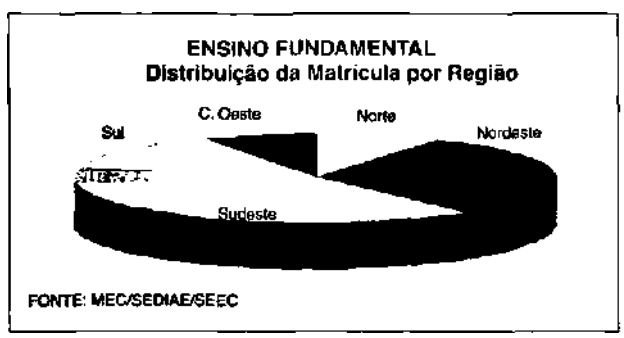
tos de ensino poderão funcionar entre os períodos letivos regulares, garantindo, além de estudos de recuperação, a oferta, em caráter intensivo, de disciplinas, áreas de estudos ou atividades planejadas com duração semestral.

A escola também pode adotar critérios que permitam avanços progressivos dos alunos, considerada a conjugação dos elementos idade e aproveitamento. Ainda em relação ao regime seriado, a partir da 7ª série do ensino fundamental, a escola pode admitir, na forma regimental, a promoção do aluno com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudos ou atividades da, série anterior, desde que preservada a seqüência do currículo.

Do ponto de vista da abrangência e da eficiência do sistema nacional de ensino fundamental, os dados a seguir demonstram a evolução recente.

Em 1994, os 31,2 milhões de alunos do ensino fundamental concentravam-se, predominantemente, nas regiões Sudeste (39%) e Nordeste (31%), seguidas das regiões Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (7%). (gráfico 7)

GRÁFICO 7



A maioria absoluta dos alunos freqüentava escolas públicas (88,4%) localizadas em áreas urbanas (82,5%), como resultado da intensidade do processo de urbanização do País, nas últimas décadas, e da crescente participação do setor público na oferta de matrículas. O setor privado respondia apenas por 11,6% da oferta, em conseqüência de sua participação declinante desde o início dos anos 70. (tabela 8)

TABELA - 8
ENSINO FUNDAMENTAL - MATRÍCULAS INICIAIS
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO
BRASIL-1960-1994 (%)

	TOTAL	DEP. ADMINISTRATIVA		LOCALIZAÇÃO	
		PÚBLICO	PRIVADO	URBANO	**RURAL**
1960	8.368.285		-	-	-
1965	11.568.503	83,2	16,8	-	-
1970	15.894.627	86,4	13,6	**70,7**	29,3
1975	19.549.249	87,1	12,9	72,8	27.2
1980	22.598.254	87,2	12,8	71,7	28,3
1984	24.789.318	87,8	12,2	76,8	23,2
1991	29.203.724	87,6	12,4	81,4	18,6
1994	31.220.110	88,4	**11,6**	82,5	17,5

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC



Do total de funções docentes do ensino fundamental (cerca de 1,3 milhão), 86,3% encontravam-se na rede pública: mais de 79% nas escolas da área urbana e apenas 20.4% na zona rural, (tabela 9)

TABELA 9
ENSINO FUNDAMENTAL - FUNÇÕES DOCENTES
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO
BRASIL- 1960-1994 (%)

	TOTAL	DEP. ADMINISTRATIVA		LOCALIZAÇÃO	
		PÚBLICO	PRIVADO	URBANO	RURAL
1960	284.115	_	—	—	_
1965	446.290	-	-	-	-
1970	653.800	81,20	18.80	76,20	23,80
1975	896.652	84,70	15,30	78.20	21,80
1980	884.257	85,70	14,30	76.60	23.40
1984	1.016.175	86,50	13,50	76,40	23.60
1991	1.295.965	86,70	13,30	78,40	21,60
1994	1.377.665	86,30	13.70	79,60	20.40

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, ao todo 194.487, mais de 70% das escolas são rurais, apesar de responderem por apenas 17,5% da demanda de ensino fundamental. Na verdade, as escolas rurais concentram-se na Região Nordeste (50%), não só em função de suas características sócio-econômicas, mas também devido à ausência de planejamento do processo de expansão da rede física.

É importante ressaltar que vários estados do País vêm reorganizando suas redes de ensino e promovendo a nucleação das escolas rurais, em particular nas regiões Sudeste e Sul. Em conseqüência deste processo, observa-se significativa melhoria dos indicadores de promoção e repetência, como veremos mais adiante. Neste sentido, considera-se inadiável a reorganização da rede pública, especialmente no Nordeste, onde a recente tendência à urbanização da economia não tem sido acompanhada de uma reestruturação adequada da rede de ensino.

TABELA 10
ENSINO FUNDAMENTAL - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO
BRASIL -1960-1994 (%)

	TOTAL	DEP ADMINISTRATIVA		LOCALIZAÇÃO	
		PUBLICO	PRIVADO	URBANO	RURAL
1960	99.996	88,10	11.90	26,50	**69.40**
1965	130.178	89,80	10,20	25,60	70,10
1970	154.881	90.90	9,10	22,20	72,20
1975	188.260	93,60	6.40	24,10	75,90
1980	201.926	94,00	6,00	23.10	76,90
1984	191.004	94,60	5,40	22,60	77,40
1991	193.700	93,80	6,20	27,10	72,90
1994	194.487	92,70	7,30	**29,70**	70,30

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

GRAFICO 8

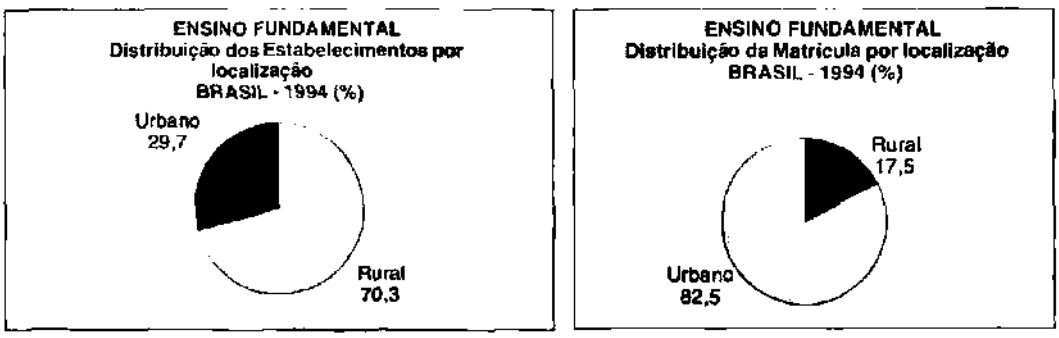


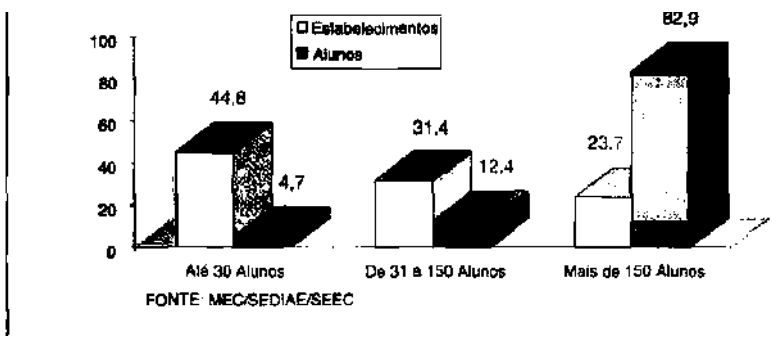
TABELA 11

ENSINO FUNDAMENTAL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ALUNOS E MÉDIAS DE ALUNOS, SEGUNDO O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS - BRASIL - 1994

Porte dos Estabelecimentos (Número de alunos)	Estabelecimentos		Alunos		Média de Alunos/ Estabelecimentos (B/A)
	Total (A)	%	Total (B)	%	
Brasil	194.487	100,00	31.220.110	100,00	160,50
Até 30 Alunos	87.226	44,80	1.467.957	4,70	16,80
De 31 a 150 Alunos	61.095	31,40	3.869.589	12,40	63,30
Mais de 150 Alunos	46.166	23,70	25.882.564	82,90	560,60

GRAFICO 9

ENSINO FUNDAMENTAL - DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ALUNOS SEGUNDO O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS (%)
BRASIL-1994



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

Em relação às taxas de transição[2], houve substancial melhoria dos índices de promoção, repetência c evasão do ensino fundamental. Verifica-se, na última década, tendência ascendente das taxas de promoção-que sobem de 55% em 1984, para 62% em 1992 -acompanhada de queda razoável das taxas médias de repetência e evasão, que atingem, respectivamente, a 33% e 5% em 1992. (gráficos 10, ll e 12)

GRÁFICO 10

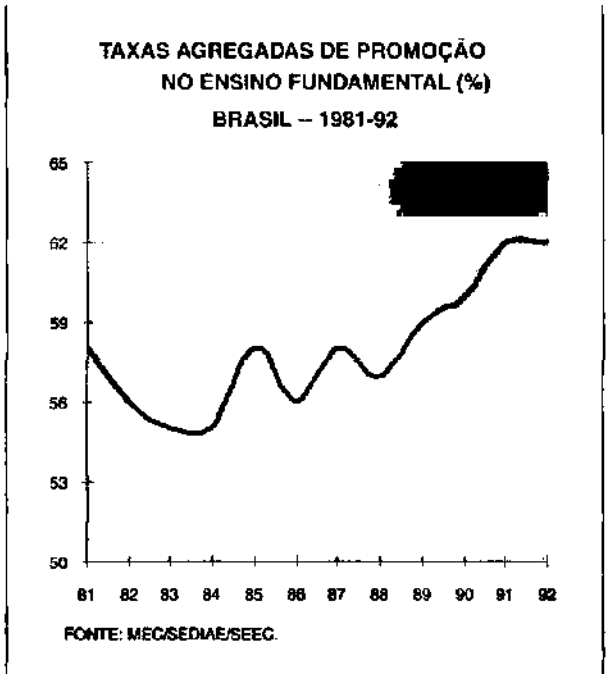
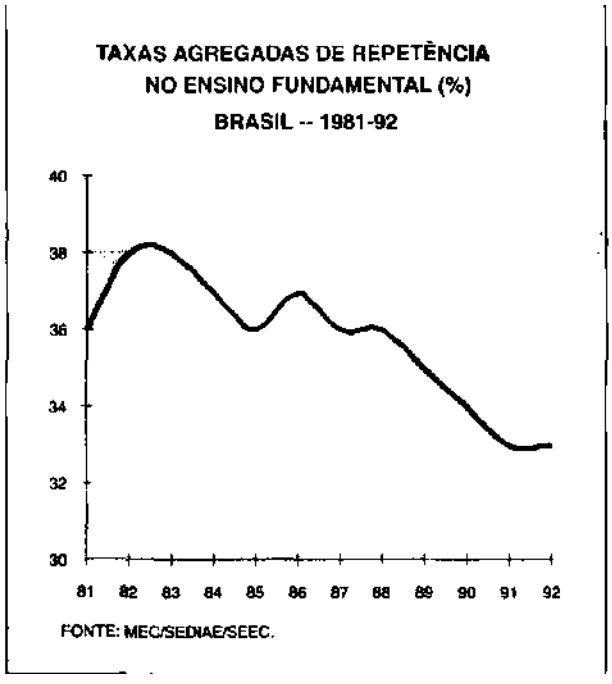
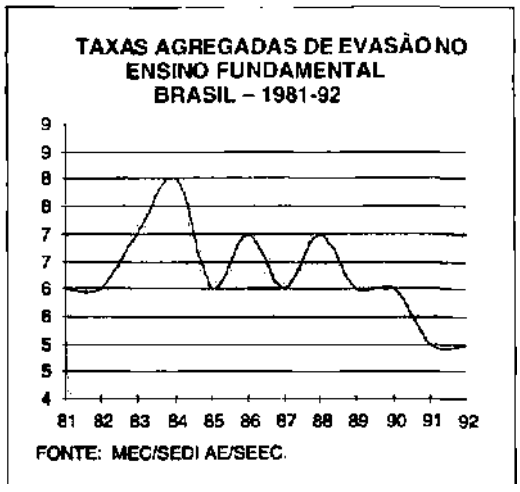


GRAFICO 11



[2]As *taxas de transição* (promoção, repetência e evasão) são definidas por: a) *taxa de* **promoção** na série S é a razão entre o total de alunos promovidos desta série (para série *S+1)* e a matrícula inicial da série S no ano anterior; b) a *taxa de* **repetência** na série *S* é o total de repetentes nesta série dividido pelo número de alunos matriculados na mesma série no ano anterior; e c) a *taxa de* **evasão** na série *S* é obtida dividindo-se o número de alunos evadidos desta série pelo total de alunos matriculados nesta série no ano anterior. Define-se por: i) alunos promovidos da série S aqueles que se matricularam no início do ano na série seguinte (5+1) àquela que estavam matriculados no ano anterior; ii) alunos *repetentes* na série S os que se matricularam *no* início do ano na mesma série (S) que estavam matriculados no ano anterior; e iii) alunos *evadidos* na série S são aqueles que estavam matriculados nesta série no ano anterior e não se matricularam em nenhuma escola no início do ano.
Neste relatório essas taxas estão calculadas em percentuais e foram estimadas por Ruben Klein (CNPq/LNCC).

GRÁFICO 12



Esta tendência é muito significativa. Estudos indicam que a repetência constitui um dos problemas mais graves do quadro educacional do País, uma vez que os alunos passam em média 5 anos na escola, antes de se evadirem, e levam cerca de 11,2 anos para concluir as 8 séries de escolaridade obrigatória. Isso mostra que a sociedade brasileira valoriza a educação como requisito fundamental de integração social e inserção no mundo do trabalho. No entanto, a grande maioria da população estudantil acaba desistindo da escola, desestimulada em razão das altas taxas de repetência e pressionada por fatores sócio-econômicos, que obrigam parte dos alunos ao trabalho precoce.

Apesar da melhoria observada nos índices de evasão, o comportamento das taxas de promoção e repetência na primeira série do ensino fundamental ainda está longe do desejável: apenas 51% do total de alunos são promovidos e 44%, repetentes (gráficos 13, 14 e 15), reproduzindo assim o ciclo de retenção que acaba expulsando os alunos da escola.

GRÁFICO 13

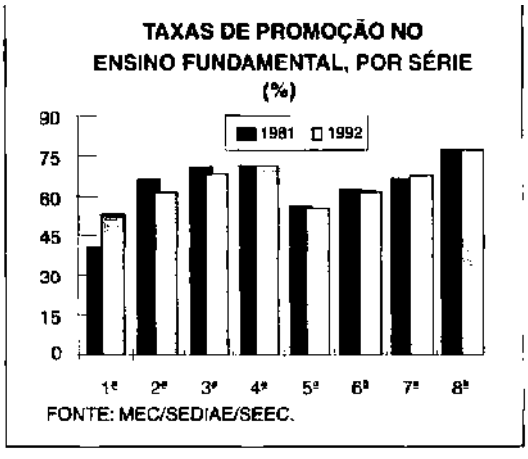


GRÁFICO 14

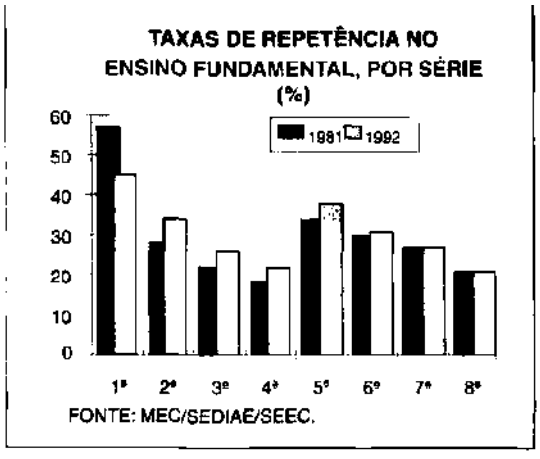
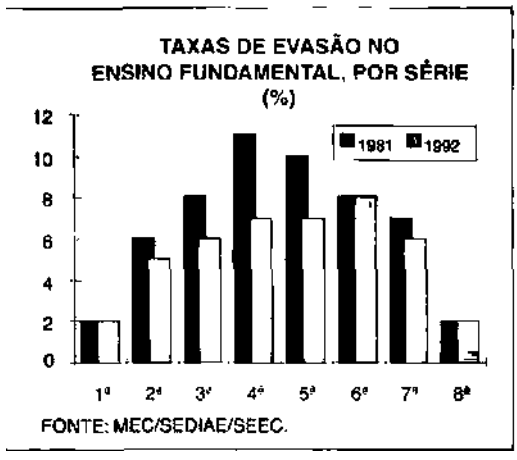


GRÁFICO 15



Do ponto de vista regional, com exceção do Norte e do Nordeste, as demais regiões apresentam tendência ã elevação das taxas médias de promoção e queda dos índices de repetência (gráficos 16 e 17), indicando relativo processo de melhoria da eficiência do sistema. Ressalte-se, contudo, tendência à queda das taxas de evasão nas regiões Norte e Nordeste que, em 1992, chegam muito próximas da média nacional. (gráfico 18)

GRÁFICO 16

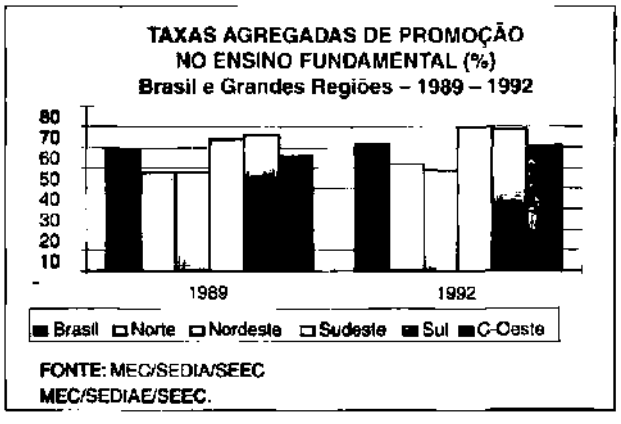


GRÁFICO 17

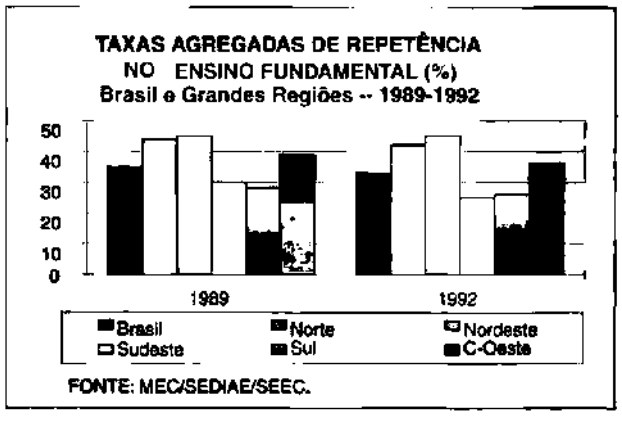
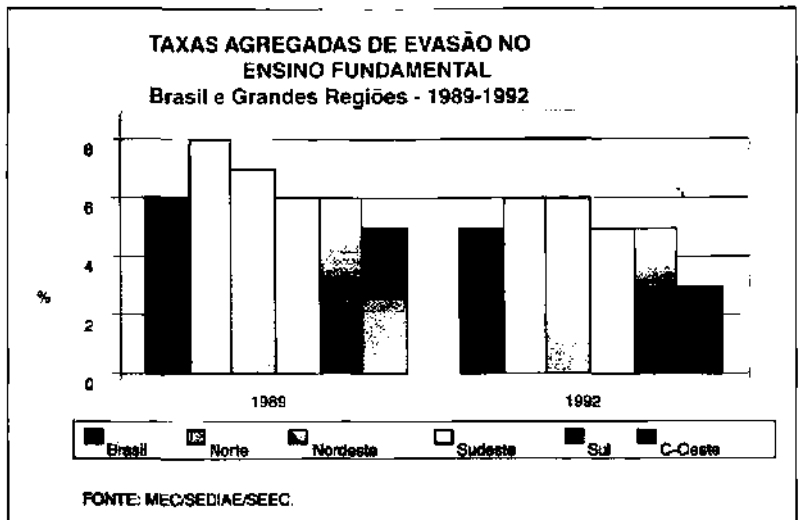


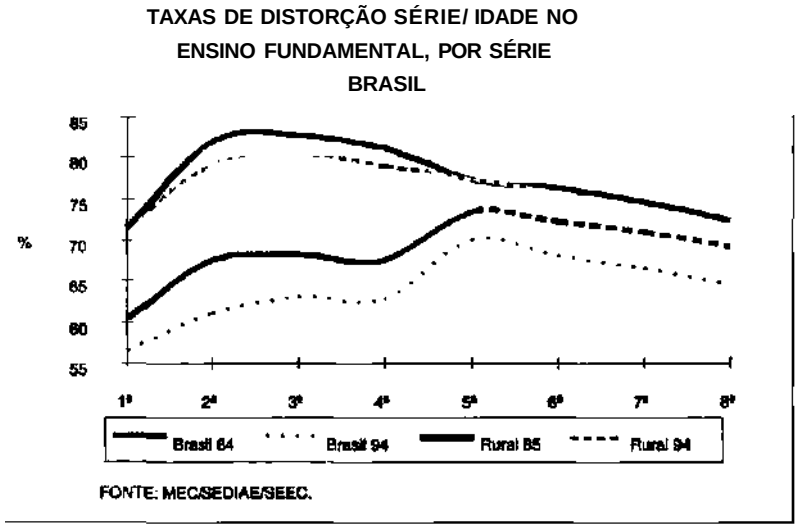
GRÁFICO 18



Uma das conseqüências mais nefastas resultante das elevadas taxas de repetência manifesta-se, nitidamente, na acentuada distorção série/idade, em todas as séries do ensino fundamental, (gráfico 19) Apesar da ligeira queda observada em todas as séries, no período 1984-94, a situação indicada no gráfico é dramática:

- mais de 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série;
- as regiões Sul e Sudeste, embora situem-se abaixo da média nacional, ainda apresentam índices bastante elevados, respectivamente, cerca de 42% e 54%;
- as regiões Norte e Nordeste situam-se bem acima da média nacional (respectivamente 77,6 e 80%).

GRÁFICO 19



Para reverter este quadro, alguns estados e municípios começam a implementar programas de aceleração do fluxo escolar, com o objetivo de promover, a médio prazo, a melhoria dos indicadores de rendimento escolar. São iniciativas extremamente importantes, uma vez que pesquisa realizada pelo MEC, em



1995, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB (cujos resultados serão apresentados mais adiante), mostra que, quanto maior a distorção idade/série, pior o rendimento dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, tanto no ensino fundamental como no médio. A repetência, portanto, parece não acrescentar nada ao processo de ensino/aprendizagem.

5.3 - Ensino Médio

0 ensino médio é igualmente gratuito nas escolas públicas, mas ainda não é obrigatório. A Constituição determina como dever do Estado a progressiva extensão de sua obrigatoriedade.

O acesso ao ensino médio é facultado ao aluno que tenha completado, com aproveitamento, as 8 séries do ensino fundamental, independente de exame de admissão. Visa a proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Para tal, assume função formativa, propedêutica e profissional, conforme os seus objetivos:

- aprofundamento e consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental;
- desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e criativo;
- compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria à prática, no ensino de cada disciplina;
- preparação do aluno para o exercício de profissões técnicas, segundo disposições do sistema estadual de ensino.

O ensino técnico profissional é oferecido simultaneamente e de forma integrada ao ensino médio geral. Para atender à formação profissional nas áreas de serviço, indústria e agricultura, o MEC mantém uma rede de 134 escolas de educação profissional. Esses estabelecimentos detêm uma experiência acumulada na área, constituindo-se num patrimônio que poderá servir de base para a expansão da oferta.

A ordenação do currículo é feita por séries anuais, mas se admite para a escola a organização semestral e matrícula por disciplina. São as seguintes as matérias e disciplinas constantes do núcleo comum do ensino médio: Português e Literatura Brasileira, Estudos Sociais (Geografia e História), Ciências (Física, Química e Biologia), Matemática, Língua Estrangeira. Educação Artística. Programas de Saúde e Educação Física.

As matérias que compõem a parte diversificada correspondem, cada uma, aos cursos técnicos a que pertencem, separados por setores da economia: primário, secundário e terciário, além do curso de formação para o magistério.

Citam-se. como exemplos, algumas habilitações oferecidas pelas escolas que privilegiam a educação profissional:

QUADRO 4

SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
• Agropecuária	• Mecânica	• Administração
• Agricultura	• Eletromecâica	• Contabilidade
• Pecuária	• Eletrotécnica	• Estatística
	• Eletrônica	• Publicidade
	• Telecomunicações	• Secretariado
	• Instrumentação	• Comercialização e Mercadologia

Nos cursos técnicos e de magistério, além das matérias e disciplinas, é obrigatório o estágio curricular supervisionado, cuja carga horária não pode ser inferior a um semestre letivo. Fazem parte do estágio as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho, sob a responsabilidade da escola.



As escolas de educação profissional relacionam-se com as empresas, que possibilitam aos estudantes o desenvolvimento de atividades práticas-profíssionais no local de trabalho, como pane da formação. Por sua vez, oferecem às empresas cursos de atualização e reciclagem para trabalhadores.

O sistema de avaliação do aluno, de competência das escolas, está estruturado a partir de principios básicos obrigatórios para todos os níveis de ensino e compreende a avaliação do aproveitamento, expressa em notas ou conceitos em que os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos. Ao término do ensino técnico e de magistério os alunos poderão sumeter-se ao concurso vestibular para o acesso ao ensino superior.

Os estabelecimentos de ensino são os responsáveis pela expedição dos certificados de conclusão do ensino médio (2ºGrau) e dos diplomas de conclusão dos cursos técnicos. Os egressos dos cursos profissionais são titulados como técnicos ou auxiliares técnicos e professor *do* ensino fundamental, nas áreas correspondentes aos estudos efetuados.

Em 1994, o número de matrículas iniciais do ensino médio chegava a cerca de 5 milhões, apresentando um crescimento de mais de 1 milhão de alunos, em relação ao ano de 1991. Este movimento resulta, sem dúvida, da melhoria do nível educacional observado na última década. Os dados a seguir apresentam a evolução recente do ensino médio no País.

TABELA 12
ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL-1971-1994

Anos	Total	Dependência Administrativa (%)			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1971	1.119.421	4,0	47,9	4,6	43,5
1975	1.935.903	4,1	47,5	3,1	45,3
1980	2.819.182	3,1	47,0	3,5	46,5
1985	3.016.138	3,3	59,0	4,4	33,3
1989	3.477.859	2,8	62,4	4,4	30,4
1991	3.770.230	2,7	65,6	4,7	27,0
1994	5.073.307	2,1	71,8	5,3	20,8

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

Nota-se claramente, como indica a tabela 12. um acentuado crescimento das matrículas iniciais a partir de 1991, não sé) em conseqüência do aumento das taxas de conclusão *do* ensino fundamentai como também da expansão dos cursos supletivos de 1º Gau e da oferta de cursos noturnos.

Do ponto de vista regional, a distribuição *da ma*trícula inicial concentra-se, preponderantemente, na Região Sudeste (51,1%), seguida do Nordeste (20,1%), Sul (15,7%), Centro-Oeste (6.9%) e Norte (6,2%). «abe destacar o Estado de São Paulo, responsável hoje por mais de um terço *do* total de matrículas deste nível de ensino (tabela 13). No entanto, chama atenção o comportamento das taxas de crescimento da matrícula no período 85-94, alcançando perto de 68% em média, destacando-se as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, todas acima da média nacional (tabela 14).



TABELA 13
ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL - DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS E POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL-1994

Região/UF	Matrícula		Dependência Administrativa (%)				Total
	n	%	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Brasil	5.073.307	100,0	2,1	71,8	5,3	20,8	100,0
Norte	313.283	6,2	2,7	85,9	1,3	10,1	100,0
Nordeste	1.018.575	20,1	3,5	58,4	13,0	25,2	100,0
Sudeste	2.594.514	51,1	1,1	72,2	4,5	22,1	100,0
Sul	795.324	15,7	3,2	79,1	0,9	16,7	100,0
Centro-Oeste	351.611	6,9	2,3	78,4	2,1	17,2	100,0
São Paulo	1.612.062	31,8	0,2	78,0	1,9	19,8	100,0
Minas Gerais	465.754	9,2	1,6	67,0	11,9	19,6	100,0
Rio de Janeiro	408.403	8,1	3,3	56,3	5,4	35,0	100,0
Paraná	351.738	6,9	3,4	85,9	0,1	10,7	100,0
Rio Grande do Sul	292.100	5,8	3,2	73,6	1,6	21,6	100,0
Pernambuco	236.139	4,7	4,1	59,7	15,9	20,3	100,0
Bahia	230.274	4,5	0,5	65,3	15,0	19,2	100,0

FONTE: MEC/SEDIAE/ SEEC.

TABELA 14
ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL E TAXA DE CRESCIMENTO
BRASIL E REGIÕES - 1985-1994

Brasil/Região	Ano		Taxa de Crescimento (%)
	1985	1994	
Brasil	3.016.138	5.073.307	**68,2**
Norte	128.874	313.283	**143,1**
Nordeste	695.342	1.018.575	**46,5**
Sudeste	1.493.980	2.594.514	**73,7**
Sul	491.617	795.324	**61,8**
Centro-Oeste	206.325	351.611	**70,4**

FONTE: MEC/SEDIAE;SEEC.

O ensino noturno, responsável por quase 607o do total de matrículas, é predominante em todas as regiões do País e apresenta tendêndo à expansão nas três redes do setor público (federal, estadual e municipal). Embora declinante, desde o final dos anos 80. o setor privado noturno ainda é bastante expressivo, atingindo mais de 33% do total de matrículas (tabela 15). Sem dúvida, a predominância do ensino noturno deve-se ao próprio desenho da estrutura do sistema, pois as escolas, em geral, oferecem vagas para o ensino fundamental no período diurno e ensino médio à noite.



TABELA 15
ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL E PARTICIPAÇÃO DO PERÍODO NOTURNO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL E REGIÕES - 1989-1994

Brasil e Regiões	Geral			Dependência Administrativa							
	Total	Noturno		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
		n	%	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %
BRASIL											
1989	3.477.859	2.017.959	58,0	97.777	28,5	2.170.632	63,8	152.981	76,0	1.056.469	46,3
1994	5.073.307	3.015.089	59,4	107.267	26,1	3.641.963	66,8	268.119	75,8	1.055.958	33,4
NORTE											
1989	181.840	108.779	59,8	16.674	45,9	123.548	69,1	2.501	83,0	39.117	34,8
1994	313.283	191.345	61,1	8.361	22,9	269.265	66,5	4.111	89,1	31.546	21,4
NORDESTE											
1989	784.469	429.484	54,7	26.448	24,8	439.754	55,8	79.438	76,1	238.829	49,0
1994	1.018.575	572.034	56,2	35.649	24,2	594.378	59,4	132.136	77,2	256.412	42,2
SUDESTE											
1989	1.730.911	1.023.258	59,1	27.683	21,0	1.051.678	65,0	61.494	75,3	590.056	48,8
1994	2.594.514	1.604.839	61,9	29.420	23,7	1.873.565	70,3	117.034	73,2	574.495	33,9
SUL											
1989	546.057	313.815	57,5	19.632	29,0	384.968	64,3	5.868	73,7	135.589	41,5
1994	795.324	437.143	55,0	25.676	32,1	629.188	62,2	7.530	71,7	132.930	24,3
CENTRO-OESTE											
1989	234.582	142.623	60,8	7.340	29,7	170.684	71,8	3.680	86,1	52.878	28,0
1994	351.611	209.728	59,6	8.161	26,9	275.567	69,1	7.308	89,7	60.575	17,2

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

No que se refere à distribuição das matrículas por dependência administrativa, é evidente o declínio sistemático da participação do setor privado e o rápido crescimento do atendimento público (gráfico 20), com a absoluta predominância da participação da rede estadual (gráfico 21).

GRÁFICO 20

ENSINO MÉDIO
MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL - 1971-94

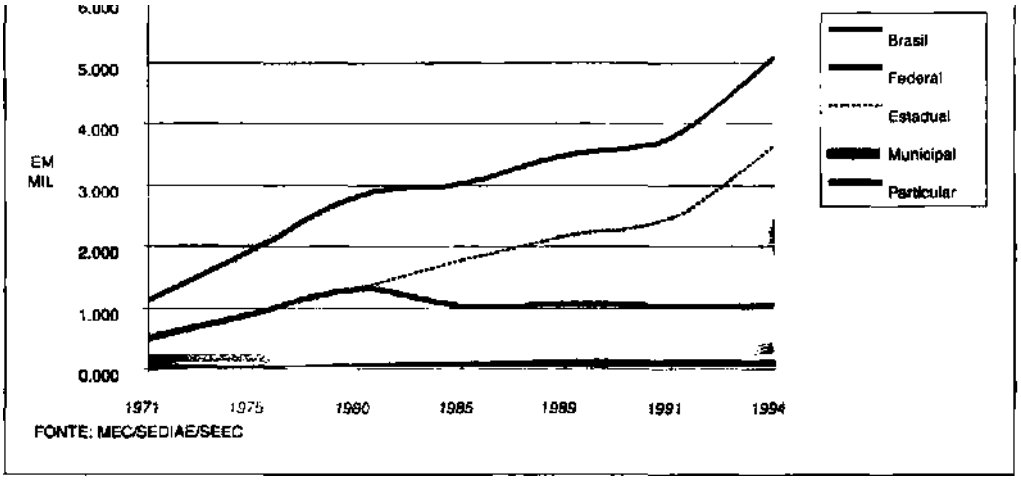
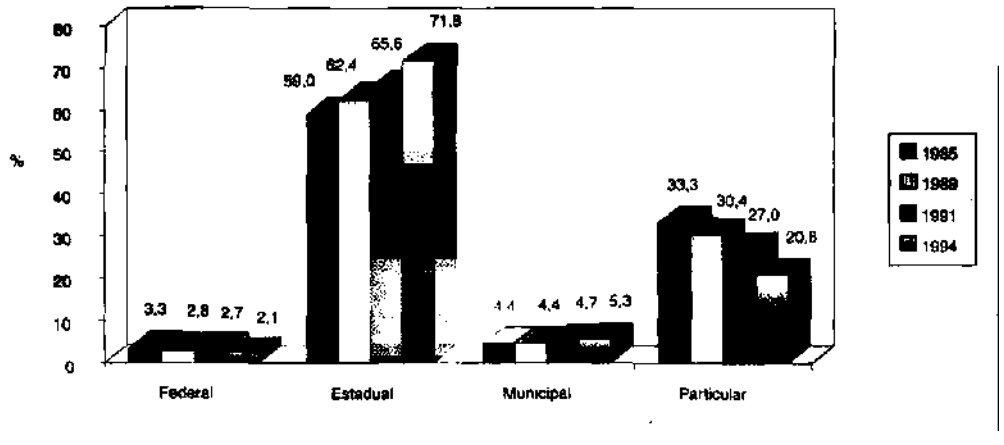


GRÁFICO 21

ENSINO MÉDIO
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL -1985-1994



O perfil de distribuição das matrículas assemelha-se à configuração dos 14,7 mil estabelecimentos de ensino (tabela 16), localizados basicamente na zona urbana, sendo 69% públicos e 31% privados. Predominam os estabelecimentos estaduais e de maior porte, com mais de 250 alunos (42,8%), e que absorvem cerca de 80% da demanda. Este perfil de distribuição dos estabelecimentos apresenta-se relativamente homogêneo em todas as regiões do País, como se observa no gráfico 23.

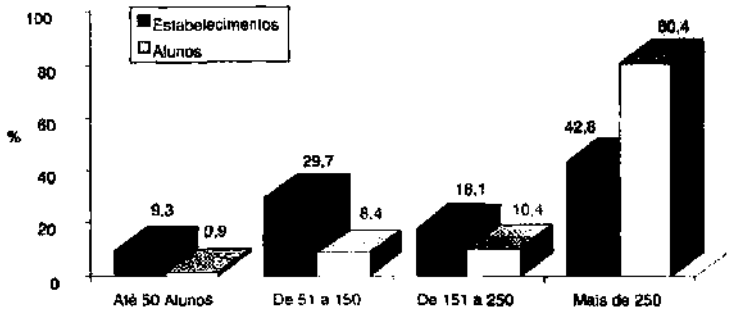
TABELA 16
ENSINO MÉDIO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL-1972-1994

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1972	5.307	...		...	..	.	...	2.962	55,8
1975	6.212	111	1,8	2.428	39,1	353	5,7	3.320	53,4
1980	7.443	117	1,6	2.957	39,7	525	7,1	3.844	51,6
1985	9.260	137	1,5	4.421	47,7	638	6,9	4.064	43,9
1988	10.414	136	1,3	5.774	55,4	701	6,7	3.803	36,5
1991	11.811	125	1,1	6.928	58,7	849	7,2	3.909	33,1
1994	14.742	119	0,8	9.028	61,2	1.090	7,4	4.505	30,6

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

GRÁFICO 22

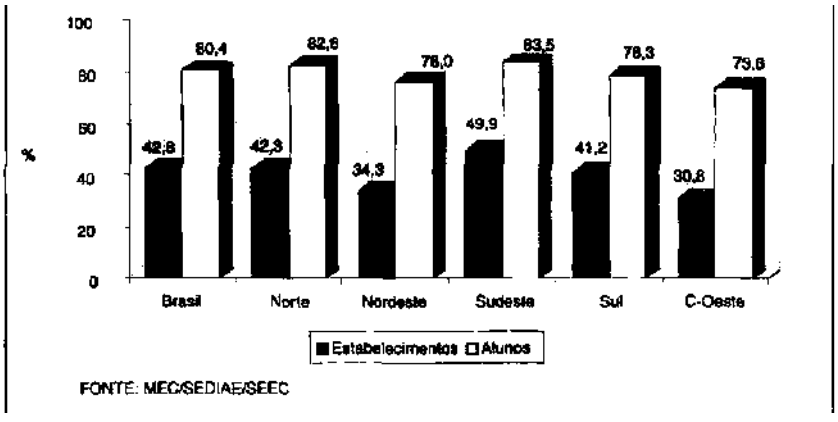
ENSINO MÉDIO - DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ALUNOS
SEGUNDO O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS
BRASIL-1994



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

GRAFICO 23

ENSINO MÉDIO - PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ALUNOS
SEGUNDO ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 250 ALUNOS
BRASIL E REGIÕES -- 1994



Quanto à distribuição das funções docentes - ao todo. 320.000 - observa-se equilíbrio na participação proporcional dos setores público (72,8%) c privado (27,2%), em relação à demanda atendida pelas respectivas redes de ensino, (tabela 17)

TABELA 17
ENSINO MÉDIO - FUNÇÕES DOCENTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL-1971-1994

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1971	123.136	5.812	4,7	57.234	46,5	5.126	4,2	54.964	44,6
1975	133.070	5.411	4,1	61.075	45,9	5.364	4,0	61.220	46,0
1980	198.087	8.292	4,2	93.773	47,3	8.466	4,3	87.556	44,2
1985	206.111	7.750	3,8	108.889	52,8	10.318	5,0	79.154	38,4
1988	230.839	8.104	3,5	134.297	58,2	11.675	5,1	76.563	33,2
1991	259.380	8.112	3,1	158.576	61,1	14.412	5,6	78.280	30,2
1994	320.050	9.352	2,9	204.556	63,9	19.013	5,9	87.129	27,2

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

Ao contrário das tendências de melhoria observadas no ensino fundamental, o exame dos indicadores de transição do ensino médio mostra pequena queda das taxas agregadas de promoção, ascensão e aumento dos índices de repetência. Chega a 42% a taxa média de repetência na primeira série e a apenas 52% a taxa média de promoção na mesma série, em 1992. Há, contudo, melhoria progressiva das taxas de evasão, no período observado, em todas as séries.



GRÁFICO 24

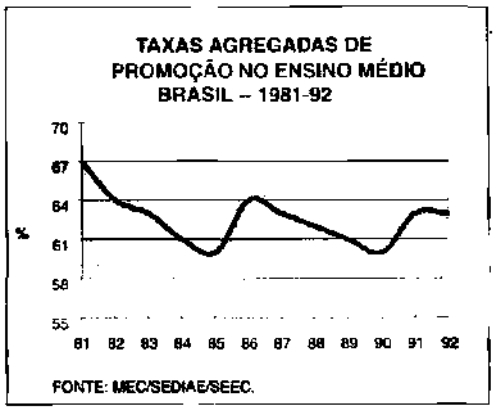


GRÁFICO 25

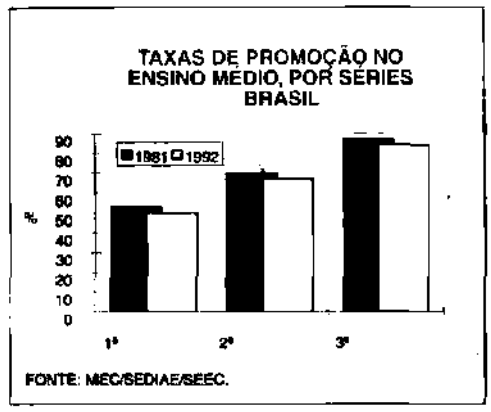


GRÁFICO 26

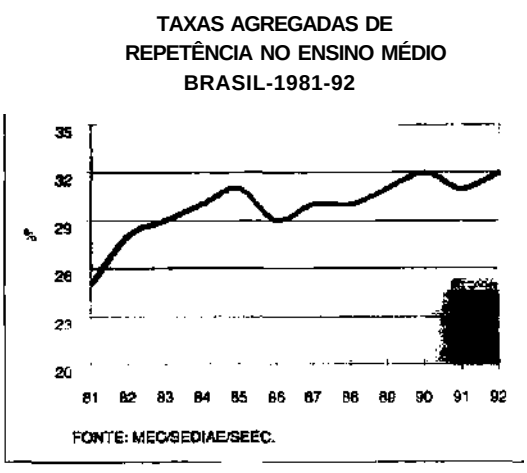


GRAFICO 27

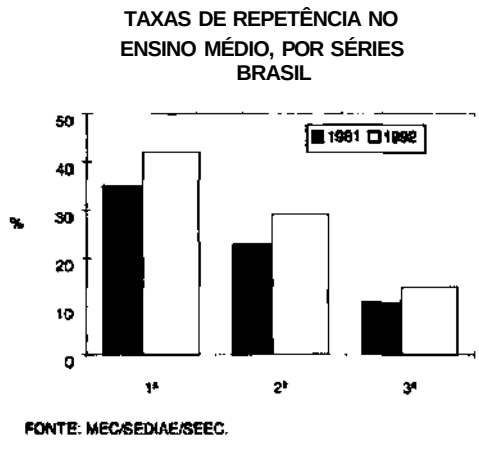


GRÁFICO 28

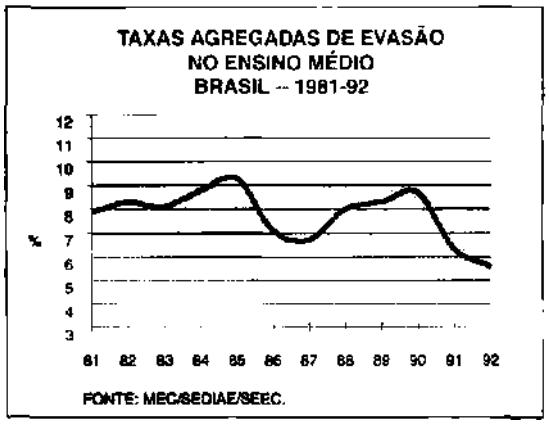


GRAFICO 29



O comportamento das taxas de transição do ensino médio, em particular as altas taxas de repetência, sinaliza, claramente, fenômeno semelhante ao verificado com o ensino fundamental no período 75-85: rápida expansão do atendimento e relativa deterioração de sua qualidade. Como evidência principal deste quadro, nota-se que o número de alunos concluintes não acompanhou, com a mesma intensidade, a tendência ao crescimento da matrícula observado no período, (tabelas 12 e 18)

TABELA 18
ENSINO MÉDIO - ALUNOS CONCLUINTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL-1980-1993

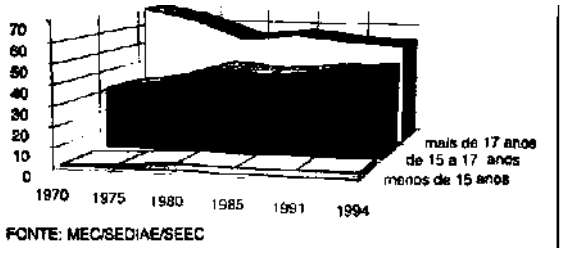
Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1980	541.350	16.370	3	203.986	37,7	18.720	3,5	302.274	55,8
1984	585.193	17.835	3,0	273.127	46,7	23.360	4,0	270.871	46,3
1987	605.504	14.230	2,4	311.690	51,5	25.115	4,1	254.469	42,0
1990	658.725	19.797	3,0	356.813	54,2	29.070	4,4	253.045	38,4
1993	851.428	16.663	2,0	559.595	65,7	42.681	5,0	232.489	27,3

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

No entanto, verifica-se uma tendência bastante positiva: a partir de 1985, vai declinando a presença de alunos com mais de 17 anos e, progressivamente, ampliando-se a matrícula na faixa etária de 15 a 17 anos, fenômeno que apresenta bastante homogeneidade em todas as regiões do País. (gráficos 30 e 31)

GRAFICO 30

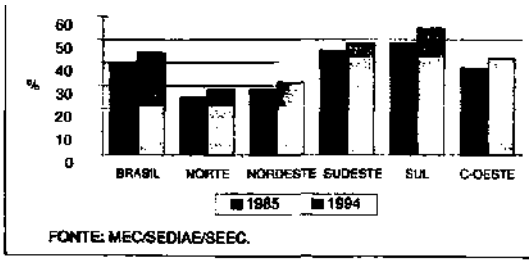
ENSINO MÉDIO - DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS
BRASIL-1970-94



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

GRAFICO 31

ENSINO MÉDIO - PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS COM IDADE DE 15 A 17 ANOS
BRASIL E REGIÕES - 1985-1994



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

No exame da distribuirão proporciona] das habilitações em relação ao número total de matrículas, nota-se que as áreas de magistério e técnico em contabilidade continuam absorvendo o maior número de alunos, respectivamente 15% e 14%. embora as áreas de auxiliar de contabilidade e técnico em processamento de dados apresentem os maiores índices de crescimento relativo, no período 89-94. (tabela 19)

Por fim, é importante ressaltar o crescimento, em números absolutos, dos concluintes nas habilitações mais demandadas - magistério (20,5%) e técnico em contabilidade (17,5%) - no mesmo período. (tabela 20)



TABELA 19
ENSINO MÉDIO - HABILITAÇÕES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS E PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ENSINO BRASIL - 1989/1994

Habilitações	Matricula Inicial				Crescimento Relativo (%) 1989/1994
	1989	%	1994	%	
Magistério de 1º Grau – 1ª a 4ª série	488.357	14,0	766.188	15,1	56,9
Técnico em Contabilidade	564.519	16,2	711.871	14,0	26,1
Assistente de Administração	119.953	3,4	114.190	2,3	-4,8
Téc. em Processamento de Dados	*63.344*	*1,8*	*103.953*	*2,0*	*64,1*
Auxiliar de Contabilidade	19.004	0,5	62.618	1,2	229,5
Técnico em Eletrônica	47.075	1,4	46.655	0,9	-0,9
Técnico em Mecânica	40.187	1,2	40.781	0,8	1,5
Técnico em Agropecuária	31.266	0,9	35.607	0,7	13,9
Técnico em Eletrotécnica	25.760	0,7	35.538	0,7	38,0
Técnico em Secretariado	36.876	1,1	34.568	0,7	-6,3

TABELA 20
ENSINO MÉDIO - HABILITAÇÕES COM MAIOR NÚMERO DE CONCLUINTES E PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ENSINO
BRASIL-1988/1993

Habilitações	Concluintes				Crescimento Relativo (%) 1988/1993
	1988	%	1993	%	
Magistério de 1º Grau – 1ª a 4ª série	127.023	20,1	153.020	18,0	20,5
Técnico em Contabilidade	113.548	18,0	133.282	15,7	17,4
Assistente de Administração	24.165	3,8	22.588	2,7	-6,5
Téc. em Processamento de Dados	14.881	2,4	15.701	1,8	5,5
Auxiliar de Contabilidade	3.739	0,6	9.063	1,1	142,4
Técnico em Eletrônica	7.349	1,2	8.044	0,9	9,5
Técnico em Secretariado	8.811	1,4	7.879	0,9	-10,6
Técnico em Agropecuária	7.959	1,3	7.870	0,9	-1,1
Técnico em Mecânica	5.789	0,9	6.818	0,8	17,8
Mag. De 1º Grau – Estudos Adicionais	12.249	1,9	6.514	0,8	-46,8



6 - ENSINO SUPERIOR

6.1 • Divisão dos efetivos de estudantes nas universidades e em outras instituições de ensino pós-secundário por domínio de formação

O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a Formação de profissionais de nivel universitário. Realiza-se por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, abrangendo cursos de graduação e pós-graduação - especialização, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. É ministrado em instituições públicas e privadas de ensino superior, com variados níveis de abrangência ou especialização. Do ponto de vista legal, não há diferença entre os graus conferidos por estas categorias de instituições.

A rede que atende ao ensino superior é composta de 851 instituições, das quais 127 (15%) são universidades, 87 (10%) são federações de escolas e faculdades integradas e 637 (75%) são instituições isoladas, conforme demonstra 0 quadro a seguir, que indica, ainda, o quantitativo por dependência administrativa.

TABELA 21

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR NATUREZA, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1994

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	PÚBLICAS	%	PRIVADAS	%	TOTAL
Universidades	68	54	59	46	127
Federações de Escolas e Faculdades Integradas	3	3	84	97	87
Instituições Isoladas	147	23	490	77	637
TOTAL	218	26	633	74	851

FONTE: MEC/SAG/CPS/SEEC – 1994.

O ensino superior público é gratuito, mantido com verbas governamentais e ministrado, predominantemente, em cursos diurnos (atualmente há uma significativa expansão das vagas noturnas); o ensino privado é pago, com predominância de cursos noturnos.

Além dos recursos destinados à sua manutenção e operação, o governo federal mantém programas de assistência financeira às instituições públicas, mediante o apoio a projetos de melhoria da qualidade do ensino - graduação, extensão, apoio às licenciaturas e avaliação das instituições.



TABELA 22

ALUNADO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1994

ÁREA DE CONHECIMENTO	PÚBLICAS	%	PRIVADAS	%	TOTAL
Ciências Agrárias	35.632	78	9.994	22	45.626
Ciências Biológicas	14.025	58	10.227	42	24.252
Ciências da Saúde	102.241	50	101.153	50	203.394
Ciências Exatas e da Terra	74.810	46	89.148	54	163.958
Ciências Humanas	123.356	46	145.750	54	269.106
Ciências Sociais Aplicadas	192.284	28	492.238	72	684.522
Engenharias e Tecnologia	82.246	53	72.294	47	154.540
Lingüística. Letras e Artes	65.697	57	49.585	43	115.282
Ciclo Básico Comum	159	45	195	55	354
TOTAL	690.450	42	970.584	58	1.661.034

FONTE: MEC/SAG/CPS/SEEC.

Dos 1,7 milhão de estudantes de graduação, 1 milhão está matriculado em universidades. A tabela *22* demonstra uma forte concentração da matrícula na área das Ciências Sociais Aplicadas, que compreende cursos como Direito, Administração e Economia, seguida da área das Ciências Humanas, na qual predominam os cursos de formação d*o* magistério (licenciaturas) e de Psicologia. Nas Ciências Sociais Aplicadas, as instituições privadas de ensino superior têm o predomínio absoluto *da* oferta, enquanto, nas demais áreas, há um relativo equilíbrio da oferta pública e privada, com exceção das Ciências Agrárias, em que prevalece o ensino público.

6.2 - Número de estudantes que fazem seus estudos no exterior por domínio e nível de formação

O Brasil, tradicionalmente, envia para o exterior, com o apoio governamental, apenas estudantes de pós-graduação, como uma forma de ampliara capacidade interna de formação de mestres e doutores e, ao mesmo tempo, manter intercâmbio científico e tecnológico com outros países. Atualmente, cerca de três mil estudantes, mantidos com bolsas de estudos financiadas por agências do governo federal, encontram-se no exterior freqüentando programas de qualificação, principalmente no nível de doutorado.

O número de bolsas, por país, ao final de 1995, é apresentado *no* tabela seguinte. Quanto às modalidades de estudo, predomina o doutorado integral (80%), ou seja, programas realizados totalmente no exterior, ou *no* forma mista (9%). isto e, programas em que parte dos estudos *é f*eita no Brasil e parte no exterior. Os mestrados (5%) dizem respeito, sobretudo, a cursos na área de artes, em sua grande maioria nos Estados Unidos.

Hoje, os bolsistas brasileiros estão espalhados por 24 países, mas com grande concentração (72%) em apenas três: Estados Unidos. Inglaterra e França. Há um segundo grupo de países, composto por Espanha. Alemanha e Canadá, que absorve 19% do total; e um terceiro grupo, com Portugal, Bélgica, Itália e Holanda. com 7% dos bolsistas. O restante, 2%, está disperso por 14 países.

TABELA 23

BOLSISTAS NO EXTERIOR POR NÍVEL DE ESTUDO - 1995

PAÍS	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO		PÓS-DOUTOR.	TOTAL	%
			INTEGRAL	MISTO			
Estados Unidos	4	49	216	26	18	313	26,0
França	2	–	250	25	21	298	24,7
Inglaterra	3	11	220	13	6	253	21,0
Espanha	–	–	89	9	3	101	8,4
Alemanha	2	1	62	7	5	77	6,4
Canadá	–	1	42	4	5	52	4,3
Portugal	–	1	13	9	2	25	2,1
Bélgica	–	–	22	1	1	24	2,0
Itália	1	1	15	2	5	24	2,0
Holanda	–	–	6	3	1	10	0,8
Outros			23	5		28	2,3
Total	12	64	935	99	67	1.205	100,0
%	1,0	5,4	79,4	8,4	5,7	100,0	

FONTE: CAPES/MEC.

Com relação às áreas do conhecimento, os estudantes distribuem-se igualmente entre as áreas humanas e sociais e as área

No primeiro grupo, destacam-se as Artes (6,6% do total), seguidas de Economia (6,0%), Sociologia (4,1%), Educação (3,9%), Lingüística (3,5%), Administração e Psicologia (ambas com 2,5%). Considerando-se a relação concessão/demanda, são as áreas de Planejamento Urbano e Regional e Ciência Política que apresentam os índices mais elevados de demanda atendida, seguidas de Antropologia e Filosofia. Do lado oposto, com menor número de concessões em relação à demanda, encontram-se as áreas de Geografia, Comunicação, Psicologia, Artes e Administração.

No grupo de Ciências e Engenharia, o destaque, em número de bolsas concedidas, é a área de Ciências da Computação (7,6%), seguida de Engenharia Elétrica (3,9%). Com o mesmo percentual (2,7%) estão Engenharia Mecânica, Matemática, Química, Odontologia e, com 2,5%, Medicina. Nesse grupo, apresentam índices mais elevados de demanda atendida Saúde Coletiva, Engenharia de Produção, Veterinária e Odontologia.

6.3 - Gestão do sistema de ensino superior: autonomia e gestão dos recursos financeiros

O Ministério da Educação e do Desporto é o órgão responsável pela política nacional de educação superior cabendo-lhe, como coordenador, implementar e supervisionar a execução das ações.

Assim, as instituições de ensino superior - universidades, federações de escolas, faculdades integradas e escolas isoladas - são autorizadas, avaliadas e reconhecidas pelo Poder Executivo, e seu funcionamento é condicionado a parecer favorável do Conselho Nacional de Educação, no caso das instituições mantidas pelo governo federal e das instituições privadas, e dos conselhos estaduais de educação, quando mantidas pelos governos estaduais e municipais.

Tendo em vista seus objetivos, o modelo ideal de unidade de ensino é a universidade, que se caracteriza pela flexibilidade, universalidade de campo de conhecimento e desenvolvimento da pesquisa associada ao ensino.



A Constituição Brasileira consagrou o princípio da autonomia universitária, o que- implica o reconhecimento d€ sua especificidade no conjunto das instituições de ensino superior. Entretanto, o maior desafio que a universidade enfrenta é. dentro de seu projeto pedagógico, contextualizar as questões de ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, O perfil do ensino de graduação que oferece, uma vez que a autonomia*de que goza atualmente é restrita, especialmente no caso cias universidades públicas, as quais 'devem atender aos regulamentos e normas que regem os serviços públicos em geral.

Para garantir a liberdade de crítica e a livre produção do conhecimento, ao abrigo de ingerências políticas e econômicas alheias aos interesses do ensino e *da* pesquisa, foi elaborado no âmbito do MEC e com a participação dos diversos segmentos, anteprojeto de lei que define a autonomia das universidades e das demais instituições de ensino superior. O texto prevê para as universidades, "autonomia didático-científica e de gestão financeira e patrimonial".

Como justificativa e condição da autonomia são colocadas a competência e a qualificação do corpo docente, que assegurarão a capacidade de autogestão do ensino, *da* pesquisa e *da* extensão.

A autonomia didático-científica será concretizada pela liberdade da instituição de fixar sens objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, de definir seus projetos e linhas de pesquisas, e de organizar seus cursos e programas de ensino.

A autonomia administrativa compreende a capacidade de definir sua organização interna *da* forma mais conveniente, a política geral de administração da instituição, a elaboração e reforma de sens estatulos e regimentos, incluindo o processo de escolha de seus dirigentes e a definição de seus quadros de pessoal e respectiva carreira.

A autonomia *da* gestão financeira e patrimonial consiste em propor e executar seu orçamento, observados os limites de financiamento estabelecidos pela entidade mantenedora, seja ela pública ou privada; remanejar os recursos do orçamento provido pela mantenedora e das receitas próprias, entre rubricas OU categorias de despesa, sem prejuízo de fiscalização posterior dos órgãos externos competentes; gerir livremente seu patrimônio, dentro das normas estabelecidas; administrar as rendas patrimoniais e as decorrentes de contratos, convênios, serviços na forma de sens estatutos; receber subvenções, doações, heranças, legados e re< ursos decorrentes de convênios com entidades públicas e privadas; remunerar o pessoal docente e não-docente, realizar operações de crédito e financiamento e oferecer garantias com aprovação do poder competente, conforme estabelecido em lei e em seus estatutos,

Também são estabelecidas, no anteprojeto de lei. as condições para as instituições serem reconhecidas como universidades, o seu processo de credenciamento e recredenciamento periódico, assim como os critérios de financiamento das universidades públicas e a extensão de diferentes graus de autonomia a outras instituições de ensino.

6.4 - Métodos de avaliação do desempenho dos estabelecimentos

A avaliação *do* desempenho das instituições de ensino superior e de fundamental importância no atual contexto político-educacional, constituindo instrumental para que se conheçam melhor as reais condições de desenvolvimento das atividades de produção e disseminação do conhecimento.

Referenciada por projeto institucional, a avaliação é decisiva, não somente para as instituições avaliadas. mas também, para todos os órgãos do sistema nacional de educação, tendo em vista que a concretização da política e as diretrizes a serem traçadas dela dependerão em grande medida.

O Ministério da Educação e do Desporto entende que devem ser utilizadas estratégias e critérios tecnicamente apropriados, assegurando a participação das instituições envolvidas no processo.

Em cumprimento à Lei 9.131/95. o MEC instituiu o Sistema Nacional de Avaliação de Cursos, que tem por objetivo subsidiar o processo de avaliação periódica das instituições e dos cursos de graduação de nível superior fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes que determinam a elevação *da* qualidade e da eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.



Dentre outros procedimentos e critérios de avaliação, serão realizados, a cada ano. exames nacionais com base nos conteúdos curriculares mínimos estabelecidos para cada curso. O rendimento dos alunos nesses exames servirá, também, de parâmetro para a avaliação do estabelecimento.

Em novembro de 1996. serão avaliados os cursos de Direito. Engenharia Civil e Administração de Empresas, abrangendo aproximadamente 770 cursos e 66.000 alunos. A cada ano, serão incorporados ao sistema *i* outros cursos, até atingir-se a totalidade *da* oferta de cursos de graduação do País.

Quanto aos programas de mestrado e de doutorado, há 20 anos esses cursos vêm sendo sistematicamente avaliados. As avaliações periódicas estabelecem um *ranking* dos cursos em função do conceito obtido, que varia de A a E, onde A significa excelência acadêmica.

0 reconhecimento que esta avaliação tem junto à comunidade acadêmica e o impado elos conceitos em termos de prestígio para a instituição e de acesso a mais recursos fazem com que os resultados dessa avaliação sejam adotados, para todos os efeitos, como índices oficiais da qualidade dos cursos. O sistema de pos-graduação como um todo também se beneficia. Assim, um percentual mais elevado de cursos A, numa determinada área, seria expressão do grau de consolidação ou de maturidade científica alcançada. O aumento do percentual de A, no global, indicaria que a qualidade *da* pós-graduação como um todo está melhorando.

Essa é a leitura tradicional dos conceitos, que serviu de suporte à maioria das análises sobre a evolução e a qualidade da pós-graduação brasileira.

Em relação aos cursos realizados no exterior, os instrumentos disponíveis boje são frágeis para permitir um diagnóstico preciso. Entretanto, algumas noções do impacto positivo desses programas Foram Fornecidas por um amplo estudo realizado pelo MEC junto aos mestres e doutores que obtiveram sens títulos no País e no exterior.

A média da produção acadêmico-científica, tanto nos dois anos antes de responder ao questionário, quanto desde o término do curso de pós-graduação, revelou-se superior no grupo dos formados no exterior.

Apesar dos resultados positivos alcançados até agora, o programa de bolsas no exterior também passará por um processo de avaliação. Para tanto, será realizado um estudo sobre ex-bolsistas no exterior buscando produzir um conjunto de dados que possibilite conhecer a porcentagem de estudantes que completaram com êxito seu treinamento, isto e. obtiveram a sua titulação e retornaram ao País. Serão coletadas. ainda. Informações sobre onde estão e o que fazem atualmente esses ex-bolsistas, procurando identificar a contribuição que a sua estada no exterior trouxe para o desenvolvimento nacional, o que servirá de subsídio pora a Formulação de macropolíticas, visando a uma maior produtividade do processo de concessão de bolsas.

6.5 - Dispositivos particulares referentes ao reconhecimento dos estudos e dos diplomas de ensino superior

As universidades oficiais têm competência para expedir e registrar seus próprios diplomas, dando direito ao exercício das profissões. As demais instituições de ensino superior devem submeter seus diplomas para registro nas universidades oficiais, a fim de garantir o direito de exercício profissional.

Os diplomas emitidos por instituições estrangeiras devem ser previamente revalidados junto a alguma universidade oficial que ofereça curso idêntico ou equivalente, para que possam gerar o direito de exercício profissional no País. O Brasil é signatário da Convenção sobre Equivalência de Títulos e Diplomas dos Países da América Latina e Caribe, pela qual a revalidação dos diplomas emitidos por instituições desses países ou de outros países que tenham aderido à Convenção pode ser facilitada.



7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Ministério da Educação e do Desporto tem por competência coordenar, implementar, acompanhar e avaliar desenvolvimento das ações da Política Nacional de Educação Especial. Essa política é dirigida às pessoas portadoras de deficiência, de condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotadas), genericamente denominadas pessoas portadoras de necessidades especiais. O atendimento inclui desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino. Esse atendimento, concebido e desenvolvido segundo principios gerais que orientam a ação educativa, fundamenta-se ainda nos princípios específicos de normalização, individualização e integração.

7.1- Gestão da Educação Especial

O processo da educação especial ocorre de forma descentralizada e co-participativa com as esferas estaduais e municipais e, ainda, com as organizações não-governamentais,

A ação federal, de acordo com a Constituição Brasileira, é de caráter supletivo. Nessa esfera, existem duas instituições: Instituto Benjamin Constant (para cegos) e Instituto Nacional de Educação de Surdos Essas instituições oferecem atendimento educacional e preparação para o trabalho, prestando ainda assistenda técnica aos sistemas estaduais de ensino e às organizações que atuam nessas áreas, com prioridade para a capacitação de recursos humanos.

Na esfera estadual, as secretarias de educação mantêm estruturas, com a finalidade específica de promover o atendimento educacional adequado aos alunos portadores de necessidades especiais.

Nas três esferas governamentais são desenvolvidas ações articuladas com as instituições de ensino superior, seja para a integração do aluno da educação especial, seja para a formação adequada de protissionais.

Destaca-se. ainda, o importante papel que as organizações não-governamentais têm desempenhado ao longo dos anos Na maioria dos municípios brasileiros, são elas que. em convênio com o governo. prestam atendimento educacional ao alunado da educação especial, capacitando professores e promovendo a conscientização da comunidade.

O atendimento educacional encontra-se implantado em todos os estados brasileiros, mas com predominância das capitais e dos municípios mais populosos do País.

QUADRO 5
DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

REGIÕES	PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS
Norte	6%
Nordeste	13%
Sudeste	53%
Sul	21%
Centro-Oeste	7%
TOTAL BRASIL	100%

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

REGIÕES	MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR	MATRÍCULAS NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS	TOTAL
Norte	0,78	0,22	100
Nordeste	0,48	0,52	**100**
Sudeste	0,43	0,57	100
Sul	0,42	0,58	100
Centro-Oeste	0,38	0,62	**100**
TOTAL BRASIL	0,45	0,55	**100**

Apesar do esforço para garantir a integração, o maior percentual de matrículas, 55%, encontra-se, ainda, em instituições especializadas. A Região Norte apresenta um maior percentual de atendimento no ensino regular. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentra-se o maior percentual de atendimento especializado.

7.2 - Processo Educacional Especializado

7.2.1 - Os Diferentes Níveis de Ensino

As diretrizes pedagógicas do atendimento educacional são definidas em nível federal e complementadas pelos estados e municípios.

O currículo básico adotado inspira-se no currículo do ensino fundamental e estrutura-se a partir de um núcleo comum, que fixa as matérias em âmbito nacional, sendo adaptado e flexibilizado em seu conteúdo de acordo com as características do alunado, e de uma parte diversificada, conforme as necessidades e possibilidades locais.

O encaminhamento para atendimento educacional é realizado por equipe multidisciplinar, após estudo de caso, e pode ocorrer em nível de educação infantil ou em qualquer série do ensino fundamental.

O atendimento é oferecido, preferencialmente, conforme as necessidades de cada aluno, em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas e privadas. A escolha da melhor alternativa de atendimento depende das seguintes variáveis:

grau de deficiência e as potencialidades de cada aluno;

idade cronológica;

histórico do seu desenvolvimento escolar;

disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;

condições sócio-econômicas e culturais *da* região;

estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial, já implantados nas diversas unidades federadas.

Em cinco unidades da federação, o atendimento começa nos primeiros meses de idade. Já se encontram implantados serviços de estimulação precoce a crianças de 0 a 3 anos, portadoras de deficiência ou com alto risco de comprometimento no desenvolvimento biopsicossocial. Esses serviços estão organizados em creches, escolas especiais, em outras instituições ou na própria casa, com o apoio de equipe especializada.

O atendimento em nível de pré-escola, na faixa etária de 4 a 6 anos, existe em 19 unidades da federação. É desenvolvido nas redes pública e privada de forma integrada ou exclusiva.

Na prestação do vestibular, condição para chegar ao ensino superior, as provas são adaptadas às características do portador de deficiência. Apesar do esforço do governo brasileiro, o número de alunos



portadores de necessidades especiais que chega às universidades é ainda inexpressivo pois, além de enfrentar o vestibular, eles ainda encontram grandes dificuldades no decorrer do curso.

7.2.2 - Tipos de Atendimento

Os portadores de deficiência visual são atendidos, desde a educação infantil, em ambientes adequados e específicos para tal fim: classes especiais, classes comuns com apoio de sala de recursos e instituições especializadas.

O processo de alfabetização visual é feito pelo sistema Braille. A proposta curricular para esses alunos é acrescida de uma complementação específica para o atendimento à sua deficiência. A esses educandos são oferecidos treinamento em orientação e mobilidade, psicomotricidade. utilização dos recursos específicos, como o código Braille e o sorobã, além de terapia ocupacional e atividades da vida diária.

Os portadores de deficiência auditiva são estimulados a adquirir somente a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais desde a educação infantil. O currículo inclui as áreas psicomotora, cognitiva, afetiva e social, com atividades envolvendo a motricidade, a estimulação auditiva, a aquisição de conceitos lingüísticos e de estrutura da Língua Portuguesa em suas modalidades oral e/ou escrita. A integração ao sistema regular de ensino é um processo individual, sendo necessário estabelecer-se, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum, com o apoio de sala de recursos ou com apoio paralelo da escola especial.

A maioria dos portadores de deficiência física, bem como os portadores de altas habilidades/ superdotados, são integrados ao ensino regular sem maiores obstáculos. Os alunos portadores de altas habilidades adaptam-se facilmente às classes comuns do ensino regular, não existindo, portanto, escolas especiais, no País, para sua escolarização, embora se ofereça sala de recursos, para enriquecimento e aprofundamento curricular.

Os portadores de deficiência mental são integrados ao ensino regular, a partir da educação infantil. ou são atendidos em escolas especiais. De modo geral, o atendimento a esses educandos é feito sob a forma de integração parcial, nas classes especiais inseridas no ensino regular, e/ou de forma exclusiva, em escolas especiais públicas e privadas.

A partir dos 14 anos, diversifica-se o atendimento educacional, segundo o nível de escolarização e das potencialidades de cada aluno. Quando não estão aptos a prosseguir seus estudos no ensino fundamental ou na educação de jovens e adultos, passam a ser atendidos em oficinas pedagógicas, inseridas no programa de Educação para o Trabalho. Nessas oficinas, são realizadas atividades pré-profissionalizantes, complementadas com outras atividades de natureza acadêmica, esportiva e social.

Muitos alunos, porém, participam de estágios ou de cursos oferecidos por empresas públicas ou privadas da comunidade, tais como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, 0 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e outras organizações que dispõem de programas de Educação para o Trabalho, proporcionando aos portadores de necessidades especiais diferentes cursos nas áreas específicas. Os alunos sem condições de ingressar no mercado de trabalho desenvolvem atividades semi-profissionalizantes supervisionadas pelas secretarias de educação, em núcleos de produção ou similares.

O limite máximo de idade para a conclusão de estudos dos alunos portadores de deficiências, particularmente daqueles com deficiência mental, ainda não foi definido. O sistema educacional brasileiro conta, atualmente, com um número elevado de alunos com idade avançada.

8 - EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

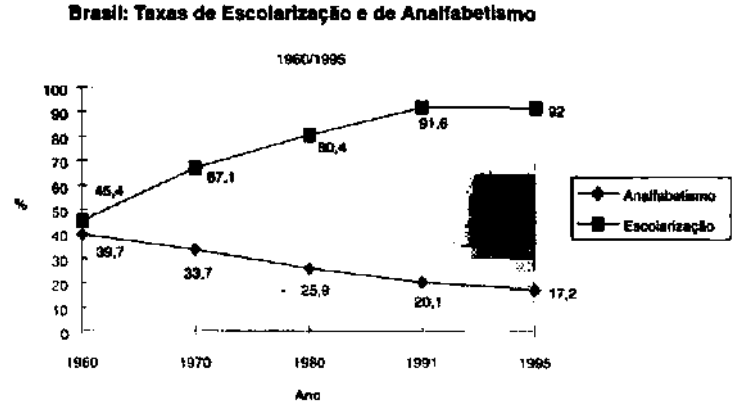
A meta maior da educação de jovens e adultos envolve o esforço necessário à erradicação do analfabetismo. Esse esforço significa o atendimento a uma camada da população que, por razões diversas, ficou marginalizada dos benefícios educacionais, sociais e econômicos e, até mesmo, da participação política.

O problema do analfabetismo, no Brasil, vem se arrastando ao longo dos anos e sua dimensão pode ser avaliada pela análise da qualidade da oferta e do processo do ensino fundamental em sua história.

Sem dúvida, o compromisso político que o Estado está assumindo com o desenvolvimento do ensino fundamental, colocando-o como prioritário no quadro da política educacional, será o caminho mais seguro para a eliminação do analfabetismo. Isso não significa que o governo deixará de desenvolver ações específicas visando à sua erradicação, bem como ações voltadas para a educação de jovens e adultos, de maneira geral.

O gráfico abaixo especifica a influência da escolarização no combate ao analfabetismo, no período de 1960 a 1995.

GRÁFICO 32



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD/96

O analfabetismo no Brasil é, hoje, um fenômeno bem localizado: se a Região Sudeste, por exemplo, apresenta uma taxa de 5,36% de analfabetos com 15 anos de idade e mais, numa população de 43.155.676, a Região Nordeste conta, nessa faixa, com 37,65% numa população de 25.751.993, segundo dados do IBGE de 1991.

Esse quadro exige, portanto, ações que respondam a necessidades específicas, para uma clientela também específica, de acordo com sua localização.

O dinamismo atual do sistema produtivo, com a introdução de novas técnicas, passou a requerer trabalhadores com um certo nível de escolarização. O governo vem estimulando as empresas a se envolver na luta contra o analfabetismo e pela escolarização dos seus empregados, no próprio local de trabalho. cabendo ao Ministério da Educação e do Desporto fornecer material didático de apoio aos professores e alunos.

Dentro deste programa foi instituído o prêmio " Educação para a qualidade no trabalho", que visa a valorizar as ações das áreas pública e privada, voltadas para a eliminação do analfabetismo e a universalização da educação fundamental.

Encontra-se, ainda, em fase de implantação o Programa Alfabetização Solidária, a partir de um projeto-piloto que contempla 32 municípios com índices de analfabetismo superiores a 55%, todos situados no Nordeste. Esse projeto será aplicado, acompanhado, avaliado e, por fim, aprimorado. Sua realiza-



ção assenta-se em parcerias, nelas incluindo-se o próprio MEC, as empresas, as universidades, os estados e municípios e o Programa Comunidade Solidária - ação governamental que envolve vários ministérios em seu planejamento e execução, para atendimento a populações carentes.

Outras iniciativas:

• cursos regulares noturnos (presenciais) - destinados a jovens e adultos que trabalham durante o dia e que não tiveram acesso à escola ou nela não puderam permanecer na idade apropriada.

• cursos supletivos (semi-presenciais) - destinados a jovens e adultos já alfabetizados que desejam concluir o 1º e/ou 2º graus. O atendimento, que pode ser individualizado desde que o aluno solicite, c feito nos centros de ensino supletivo. Os conteúdos disciplinares são apresentados, em geral, por meio de apostilas. Os mecanismos de avaliação e promoção são os mesmos utilizados nos cursos regulares e se realizam por meio de testes e provas.



9 - SITUAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

9.1- Efetivo dos docentes, nos diferentes níveis e tipos de educação

Os dados apresentados a seguir, relativos ao corpo docente de vários níveis de ensino, referem-se ao número de funções e não ao número físico de professores, podendo uma mesma pessoa ocupar mais de uma função docente.

Em 1994, a educação pré-escolar abrangia 274,5 mil funções docentes, 72,8% delas exercidas por professores habilitados - 12,5% em curso superior e 60,3% em habilitação de nível médio.

O restante dessas funções era exercido por 0,9% de professores com curso superior completo, porém sem licenciatura, 2,6% com escolaridade até o nível médio, 11,3% com fundamental completo e outros 12,5% que não completaram sequer esse nível.

No ensino fundamental, existiam no Brasil, naquele ano, 1,4 milhão de funções docentes, sendo 79,7% delas exercidas por professores habilitados: 40% com habilitação magistério de nível médio e 39,7% com licenciatura em nível superior.

Entre os docentes sem habilitação específica, 7,9% tinham licenciatura incompleta ou formação em outras áreas do ensino superior, 1,7% possuíam habilitação magistério de nivel médio incompleta, 2.6% haviam concluído o ensino médio e 3,3%, o fundamental. Outros 5,1% dos professores não tinham o ensino fundamental completo.

Do total das 320 mil funções docentes do ensino médio, em 1994, 73,7% dos professores que as exerciam eram habilitados nas respectivas licenciaturas do ensino superior.

Entre os não-habilitados, 8% eram formados em outras áreas de nível superior, 10% haviam completado e 0,1% não completou o ensino médio, 0,3% tinham ensino fundamental completo e 0,1%, incompleto.

TABELA 24

NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES DO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, POR GRAU DE FORMAÇÃO-1994

NÍVEL DE ENSINO EM QUE ATUAM	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO								
	TOTAL	FUNDAMENTAL		MÉDIO			SUPERIOR		
				FORM. MAGISTÉRIO		OUTRA FORM.	LICENCIATURA		COMP.
		INC.	COMP.	INC.	COMP.	COMP.	INC.	COMP.	S/LIC.
PRÉ-ESC.	274.582	34.376	19.536	11.350	154.813	7.107	10.663	34.234	2.503
ENS. FUND.	1.377.665	69.272	45.593	23.793	552.122	36.401	81.133	546.452	22.899
ENS. MÉDIO	320.050	322	1.018	442	19.886	11.847	23.566	235.853	27.116
TOTAL	1.972.297	103.970	66.147	35.585	726.821	55.355	115.362	1.431.459	52.518

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

O ensino superior registrava, em 1994, nos cursas de graduação, 141,4 mil funções docentes, exercidas por professores com a seguinte formação: 1 5,1% com doutorado, 23,7% com mestrado, 35,6% com especialização. 25,4% com graduação completa e 0,19% sem graduação em curso superior.



TABELA 25
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO NO ENSINO SUPERIOR. EM 30/04/94. POR NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E DEPENDÊNCÍA ADMINISTRATIVA SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO

GRAU DE FORM.	FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO EM 30/04/94														
	TOTAL GERAL	UNIVERSID					FEDERAÇÕES DE ESCOLAS E FACULDADES INTEGRADAS					ESTABELECIMENTOS ISOLADOS				
		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADM				TOT.	DEPENDÊNCIA ADM				TOTAL	DEPENDÊNCIA ADM.			
			FED.	EST.	MUN.	PART.		FED.	EST.	MUN.	PART.		FED.	EST.	MUN.	PART.
TOTAL	141.482	96.881	41.285	22.171	2.168	31.257	13.722			779	12.943	30.879	2.271	3.068	3.543	21.997
S/ GRAD.	270	134	123		8	3	1				1	135	13	17	1	104
GRAD.	36.002	21.998	8.753	4.875	376	7.982	4.152			59	4.093	9.852	682	1.174	801	7.195
ESP.	50.353	28.940	9.329	4.867	1.264	13.480	6.572			616	5.956	14.841	600	1.454	2.143	10.644
MEST	33.531	26.547	14.253	5.065	417	6.812	2.379			90	2.289	4.605	646	354	443	3.162
DOUT.	21.326	19.262	8.817	7.364	101	2.980	618			14	604	1.446	330	69	155	892

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

9.2 - Carga de trabalho dos docentes nos diferentes níveis de ensino

A carga de trabalho docente no ensino público - pré-escolar, fundamental ou médio - é definida pelos sistemas de ensino, conforme sua legislação pertinente - estatutos do magistério ou regime jurídico de pessoal.

Os contratos são estabelecidos, geralmente, por função docente de 20, 25 ou 30 horas semanais, incluídas as atividades pedagógicas extra-classe.

como um mesmo professor pode exercer mais de uma função docente, sua carga horária de trabalho varia entre 20 e 60 horas semanais, podendo ser cumprida com aulas em um ou mais estabelecimentos de ensino, por meio de contraio único ou com vários empregadores.

Também no ensino superior as horas de trabalho são fixadas conforme contrato do professor com a instituição de ensino à qual pertence, sendo que, no setor público, tais contratos são efetivados nas modalidades parcial (20 horas), integral (40 horas) ou dedicação exclusiva.

A carga horária dos professores do ensino superior, segundo determinação de cada estabelecimento de ensino, pode englobar, em quantitativos diferenciados, atividades de ensino, extensão e pesquisa.

TABELA 26
N.º DE FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR, POR NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA. SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO -1994

REG. DE TRAB.	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE					FEDERAÇÕES DE ESCOLA E FACULDADES INTEGRADAS					ESTABELECIMENTOS ISOLADOS				
		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
			FED.	EST.	MUN.	PART.		FED.	EST	MUN.	PART.		FED.	EST.	MUN.	PART
TOT.	141.482	96.881	41.285	22.171	2.168	31.287	13.722			779	12.943	30.879	2.271	3.068	3.645	21.997
TEMPO INT.	61.981	54.062	33.488	15.902	352	5.320	693			137	556	5.226	1.680	1.019	305	2.242
TEMPO PARC.	79.501	40.819	7.797	6.269	1.816	24.937	13.029			642	12.387	25.653	611	2.049	3.238	19.755

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

9.3 - Condições de trabalho e de emprego do pessoal docente, em particular das mulheres

A multiplicidade de situações encontradas no País gerou diversidade no tratamento dispensado aos professores, nas diferentes regiões. Conforme a localização, a dependência administrativa, o regime e tempo de trabalho e a titulação do docente, o salário do magistério do ensino pré-escolar, fundamental e médio sofre muitas variações, mas não há diferenças salariais por discriminação de gênero.



Dados levantados em junho de 1996, apontavam, para função docente de 20 horas no magistério estadual público, salários entre R$ 63,21 (professores com formação de nível médio, início de carreira no Estado do Acre) e R$ 1.259,86 (professores com mestrado, em final de carreira, no Distrito Federal).

Segundo dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, em **1993,** a taxa de ingresso do professor na carreira do magistério por meio de concurso público era de 48,6%, sendo menor nas regiões Norte e Nordeste, com taxa de aproximadamente 30%.

A maioria dos professores - 90,7 % - era do sexo feminino, trabalhava, em média, há 11,5 anos, na área da educação, dos quais 6,5 anos como professor regente de classe, na mesma escola.

Quanto à oportunidade de capacitação ou atualização, nos últimos cinco anos, os dados do SAEB/ 1993, indicam que 64,6% dos professores participaram de cursos relacionados à sua disciplina ou área, e 54% freqüentaram cursos na área de técnicas e metodologias de ensino. Nos dois casos, os professores com maior nível de escolarização tiveram mais acesso a treinamento.

Além dos projetos de fonnação, capacitação e treinamento propostos pelos sistemas e anualmente financiados pelo MEC, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, objetivando ampliar a participação docente na melhoria da qualidade do ensino, o Ministério implantou a TV Escola.

Esse sistema de educação à distância veicula tecnologias e metodologias alternativas de ensino, buscando ampliar o acesso à educação formal, bem como desenvolver programas de âmbito nacional de formação e capacitação permanente de professores e gestores da rede pública de ensino, proporcionando condições que permitam introduzir melhorias no currículo e nos processos de ensino-aprendizagem.

Para capacitação docente em temáticas específicas, a TV Escola veicula o programa "Um Salto para o Futuro" - conjunto de séries que já apresentou resultados expressivos:

QUADRO 7

Temas das Séries do Programa	Professores Capacitados
Educação de Jovens e Adultos	33.505
Alfabetização	44.385
Ensino Fundamental	43.500
Educação Especial	39.666
Educação Infantil	41.433

9.4 - O status *social e profissional do pessoal docente*

A valorização do professor constitui um componente básico da política governamental para a educação, por meio de ações que promovam o reconhecimento público da relevância da função docente, uma vez que dependem do desempenho adequado do professor a melhoria de qualidade do ensino e, em grande **parte, o** sucesso das linhas de ação programadas para enfrentar os desafios que se apresentam na área.

Além do desenvolvimento de vários programas, seja para favorecer a titulação dos professores, seja para atuar em seu aperfeiçoamento permanente, o MEC está adotando inovações que induzem à melhoria do desempenho do pessoal docente: a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a avaliação do

[1] Sendo R$ 1,00 = US$ 1,03



livro didático, a instalação da TV Escola, a informatização da educação e a valorização da escola como centro privilegiado da função educativa.

Por reconhecer, ainda, a necessidade de proporcionar meios capazes de promover a melhoria salarial do professor de ensino fundamental, o governo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional que institui, em cada unidade da federação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Por esse projeto, no mínimo 60% dos seus recursos serão destinados à remuneração do magistério, com o benefício voltado, principalmente, para as regiões menos desenvolvidas do País.

Todas as ações nessa área partem da constatação de que o Brasil ainda conta com grande número de profissionais atuando em sala de aula sem o devido preparo e, mesmo, sem a formação mínima exigida por lei. Por outro lado, é significativo o número de professores que abandonam o exercício do magistério, em busca de maior estímulo em outras profissões.

O principal instrumento normativo para atingir às metas de valorização do magistério é a proposta de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dela constam dispositivos regulamentares que visam a assegurar aos profissionais da educação, nos lermos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive em serviço; incentivos à titulação e à produtividade; período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho; condições adequadas de trabalho.

Segundo a proposta da nova lei, a formação para o magistério básico deverá ser feita, preferencialmente, em nivel superior, estando prevista a capacitação de docentes em curso normal superior, para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental.



10 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DO PESSOAL DOCENTE

10.1 - Efetivos nos estabelecimentos de formação de diferentes tipos

Papel das universidades na formação dos docentes

Segundo os dados disponíveis, em 1994, o Brasil possuía 5.415 estabelecimentos de ensino médio que ofereciam habilitação magistério para o pré-escolar e as quatro séries iniciais do ensino Fundamental. A matrícula em magistério representava 15,5% da oferta no ensino médio, com 790.200 alunos, apresentando uma taxa de crescimento de 6,3% naquele ano.

No período 1988/1993, o número de concluintes em magistério de nível médio teve crescimento relativo de 14,5% , com 141.581 formandos em 1993. Esse aumento verificou-se, entretanto, apenas nas regiões Norte e Sudeste. Nas demais regiões do País, o crescimento foi negativo e irregular.

TABELA 27

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, MATRÍCULAS, CONCLUSÕES DOS CURSOS DE HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO E TAXAS DE CRESCIMENTO POR REGIÃO - 1989/1994

REGIÃO/UNID. DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS			MATRÍCULAS			CONCLUINTES		
	1989	1994	CRESC. %	1989	1994	CRESC. %	1988	1993	CRESC. %
BRASIL	5.475	5415	-0,1	516.762	790.283	52,9	141.581	162.114	14,5
NORTE	278	436	56,8	42.775	89.730	109,8	8.723	12.264	40,6
NORDESTE	1.794	1.807	0,07	227.893	255.786	12,2	58.451	53.050	-9,2
SUDESTE	2.290	2138	0,7	136.419	313.158	129,6	43.707	74.493	70,4
SUL	694	704	0,1	68.507	92.833	35,5	21.461	14.396	-32,9
CENTRO-OESTE	419	330	26,7	41.168	38.776	-5,8	9.239	7.911	-14,4

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

No ensino superior, a análise dos dados sobre as instituições mostra um decréscimo na rede física, que passou de 918 para 851 unidades, entre 1990 e 1994. O número de estabelecimentos que ofereciam licenciaturas também diminuiu: de 532 para 504, no mesmo período, cm conseqüência da aglutinação de alguns estabelecimentos, que constituíram novas universidades.



TABELA 28

TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, NÚMERO DE INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM LICENCIATURA E DISTRIBUIÇÕES PERCENTUAIS SEGUNDO A REGIÃO - 1990-1994

Região	Instituições de Ensino Superior				Instituições com Licenciatura			
	1990		1994		1990		1994	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
BRASIL	918	100,0	851	100,0	532	100,0	504	100,0
Norte	26	2,9	23	2,7	16	3,0	15	3,0
Nordeste	112	12,2	88	10,4	67	12,6	57	11,3
Sudeste	564	61,4	539	63,3	304	57,1	296	58,7
Sul	147	16,0	122	14,3	102	19,2	83	16,5
Centro-Oeste	69	7,5	79	9,3	43	8,1	53	10,5

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

Em números absolutos, a matrícula global nas licenciaturas aumentou, verificando-se crescimento no volume de matrícula das universidades- de 50,1%, em 1990, para 61,2 em 1994-e redução tanto nas matrículas dos estabelecimentos isolados - de 37.6% para 27,5% - como nas de federações de escolas e faculdades integradas de 12,2% para 1 1,3%.

TABELA 29

TOTAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR, MATRÍCULA E PERCENTUAL NAS LICENCIATURAS, SEGUNDO REGIÃO - 1990 **E** 1994

REGIÃO	1990			1994		
	MAT. ENSINO SUPERIOR	MAT. CURSOS COM LICENCIATURA		MAT. ENSINO SUPERIOR	MAT. CURSOS COM LICENCIATURA	
		NÚMERO	%		NÚMERO	%
BRASIL	1.540.080	555.144	36	1.661.034	558.663	33,6
Norte	44.388	16.347	36,8	64.254	29.240	45,5
Nordeste	247.198	111.961	45,3	264.396	116.934	44,2
Sudeste	869.478	285.826	32,9	916.131	271.353	29,6
Sul	286.350	101.575	35,5	304.852	95.422	31,3
Centro-Oeste	92.666	39.435	42,6	111.401	45.714	41

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

A participação dos concluintes dos cursos de licenciatura e bacharelado diminuiu, no total do ensino superior, de 46,68%, em 1989, para 40,54%, em 1993.



TABELA 30
CONCLUINTES NO ENSINO SUPERIOR E NÚMERO E PERCENTUAL DE CONCLUINTES NOS CURSOS QUE OFERECEM LICENCIATURA E BACHARELADO, SEGUNDO A REGIÃO
1989 e 1993

Região	1989			1993		
	Concluintes Ensino Superior	Conc. Licenciatura e Bac. Número	%	Concluintes Ensino Superior	Conc. Licenciatura e Bac. Número	%
BRASIL	232.275	108.433	46,68	240.269	97.399	40,54
Norte	5.173	1.917	37,06	8.101	3.931	48,52
Nordeste	32.614	16.549	50,74	30.930	14.472	46,79
Sudeste	142.231	64.550	45,38	146.862	56.893	38,74
Sul	39.501	19.232	48,69	38.173	14.789	38,74
Centro-Oeste	12.756	6.185	48,49	16.203	7.314	45,14

FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC.

10.2 - Qualificações requeridas para o magistério nos diferentes níveis de ensino

A proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Art. 61, define que "a formação de profissionais de educação terá como fundamentos:

I - a íntima associação entre teorias e práticas, inclusive a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades;

III - formação preferencial em nível superior.

A formação para o magistério básico deverá ser feita, preferencialmente, em nível superior, pelas universidades e institutos superiores de educação. Será admitida a formação em escolas normais, de nível médio, para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental."

A referida proposta de lei estabelece, também, que "a formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, 300 horas", e que a preparação para o exercício do magistério superior será feita em nível de pós-graduação, prioritariamente, em programas de mestrado e doutorado (Art. 66).

A nova LDB ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Assim, vigoram os requisitos determinados na Lei 5692/71 que, na sua essência, não diferem muito da nova legislação proposta, estando definidos da seguinte forma:

a) no ensino fundamental da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de ensino médio;

b) no ensino fundamental da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura obtida em curso de curta duração;

c) em todo o ensino fundamental e médio, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena.

Os professores a que se refere o item "a" podem lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino fundamental, mediante estudos adicionais com duração e conteúdos mínimos fixados pelos competentes conselhos de educação.

Os professores a que se refere o item "b" podem exercer o magistério até a 2ª série do ensino médio, após estudos adicionais correspondentes, no mínimo, a um ano letivo.

As licenciaturas para o ensino fundamental e os estudos adicionais são ministrados em universidades e instituições de ensino superior que mantenham cursos de duração plena. Nas comunidades menores também podem ser ministrados em faculdades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, desde que autorizados e reconhecidos na forma da **lei.**



Para o exercício do magistério no ensino médio (2º Grau), o professor deve obter sua qualificação em curso de nivel superior, correspondente à licenciatura, o que significa o domínio do conhecimento da área a que se dedicará, acrescido do domínio das matérias de cunho pedagógico.

A formação do professor para disciplinas especializadas de ensino técnico vem obedecendo a dois esquemas:

• esquema I, para portadores de diplomas de grau superior relacionado à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica (Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau; Psicologia da Educação; Didática e Prática de Ensino):

• esquema II, para portadores de diplomas de técnico de nível médio na área pretendida; além da complementação pedagógica requerida pelo esquema I. sujeitos a cursai disciplinas de conteúdos relacio-o.idos à área pretendida.

O ensino médio sofrerá mudanças, a partir da aprovação de projeto de lei sobre educação profissional. Isiudos em andamento apontam para a necessidade de modernização curricular e da criação de novas formas de preparação do professor.

No que diz respeito ao ensino superior, a formação de professores e especialistas nas diferentes áreas e domínios *do* conhecimento c práticas lormalivas compreende os seguintes níveis:

• formação por cursos de pós-graduação *lato sensu,* com duração mínima de 360 horas-aula (especialização e aperfeiçoamento);

• formação por cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

10.3 - Formação dos diretores de estabelecimentos de ensino

Embora os cursos de Pedagogia ofereçam habilitação em administração escolar, tal formação não é, necessariamente, uma exigência para assumir a direção de escolas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Basica-SAEB. *na* amostra realizada em 1993, apontou o seguinte perfil dos diretores das escolas de ensino fundamental:

• são, predominantemente, *do* sexo feminino (83,1%), com idade média em torno de 35 anos. Trabalham. em média, há 15,2 anos na área de educação dos quais 6,2 anos cm funções administrativas e $,5 anos como diretores da escola *onde* foram entrevistados;

• mais da metade deles (53,6%) concluiu o ensino superior e 5.5",, cursou apenas até o fundamental;

• a grande maioria dos diretores (74%) não possui fonnação específica na área de administração escolar;

• pouco mais da metade dos diretores (51,1%) participou de cursos de capacitação ou de treinamento na área de administração escolar nos últimos 5 anos.

11 - MEIOS DE INSTRUÇÃO, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA

Os sistemas de ensino estaduais e municipais e do Distrito Federal são os responsáveis diretos pelos meios de instrução, equipamentos e infra-estrutura das suas escolas. As instituições federais de ensino superior, as escolas técnicas e agrotécnicas e os centros federais de educação tecnológica são de responsabilidade do Ministério da Educação.

O MEC, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, ainda desenvolve programas que facilitam a aquisição de materiais pelas unidades da federação, para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, no ensino fundamental. Entre outros, citam-se:

• Financiamento de Plano de Trabalho Anual - mediante a apresentação de Plano de Trabalho Anual - PTA, pelas unidades da federação, 0 governo federal financia a construção e a ampliação de escolas, aquisição de mobiliário e equipamentos, material escolar e didático-pedagógico. Em 1995, foram gastos R$ 406 milhões e 290 mil.

• Programa de Apoio Tecnológico - por esse programa foram concedidos recursos financeiros às secretarias estaduais e municipais de educação destinados à aquisição de aparelho de TV, videocassete, antena parabólica, suporte e uma caixa de fitas VHS para as escolas de maior porte.

• Programa de Produção e Veiculação de Programas Educativos de Rádio e TV (Radiodifusão) - em 1995, foram gastos cerca de R$ 8 milhões.

Vale ressaltar, ainda, as ações desenvolvidas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

12 - INFORMAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação criou, em 1995, a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional - SED1AE, ao constatar a necessidade de estabelecer políticas e estratégias de informação, que permitam a implantação de uma infra-estrutura informacional, principalmente, na área de avaliação e estatísticas educacionais.

como recurso estratégico e essencial para a integração dos diversos segmentos que atuam cm educação e o apoio às ações indutoras dos processos de mudanças, a informação pressupõe a existência e a compreensão de políticas necessárias para a sua produção, gerenciamento e disseminação. A preocupação básica concentra-se em dispor e tornar disponíveis informações de qualidade, com integridade, precisão, atualidade, interpretabilidade e valor geral para a área a que está associada.

O Ministério priorizou a produção de informações na área de avaliação e dados estatísticos, mediante a reestruturação, em 1995, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e com a implantação do Sistema Integrado de Informações Educacionais. Esse sistema tem como fonte básica de coleta de dados o censo educacional, também reestruturado para permitir maior velocidade na sistematização, validação e disponibilidade das informações estatísticas, produção de indicadores educacionais e, ainda, a implantação da avaliação dos cursos de graduação.

A partir de informações precisas sobre as competências e conhecimentos básicos adquiridos pelos alunos, durante a graduação, será possível assegurar a melhoria da qualidade de ensino. Para tanto, foram criadas as condições efetivas de consolidação de processos avaliativos diversos, complementares entre si, para a revisão e supervisão das políticas educacionais em todos os níveis.

O SAEB, uma das principais fontes de produção de informação sobre o ensino básico no País, permite conhecer o nível de desempenho e de aquisição de habilidades do aluno, com base no seu contexto escolar, sócio-econômico e cultural, em termos de capacidade de leitura e interpretação de textos, resolução de problemas e aplicação de conceitos matemáticos.

Em 1995, foram aplicados testes em uma amostra selecionada de 95 mil estudantes, pertencentes a escolas públicas e privadas, da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 2ª e 3ª séries do ensino médio. A pesquisa teve diferentes enfoques, como os aspectos estruturais e sócio-políticos da escola e da organização escolar, aspectos psicológicos, pedagógicos e técnicos, entre eles, os instrumentos de avaliação dos alunos, relação aluno-professor, dinâmica das aulas e recursos utilizados no processo de aprendizagem.

Além dos alunos, também foram pesquisados 3.400 diretores, 7 mil professores e 3.600 escolas. Os resultados podem ser utilizados por gestores e administradores da educação, pesquisadores e professores, devendo estar, em breve, disponíveis na Internet. A análise dos resultados permitirá subsidiar ações que visem à correção das distorções identificadas e ao aperfeiçoamento do ensino das escolas.

A produção de conhecimento técnico-científico, no País, na área educacional - cursos de pós-graduação das universidades e instituições de pesquisas - também tem sido alvo de articulação e monitoramento por parte do Ministério. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, órgão vinculado à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional, funciona como centro de referência e de difusão da produção do conhecimento sobre educação brasileira, adotando como diretriz para a sua atuação a busca permanente da qualidade da produção técnico-científica e a ampla disseminação de informações. Na condição de agente indutor e receptor de mudanças, tornou-se assim um espaço permanente de interação e comunicação entre aqueles que produzem conhecimento e informação e os responsáveis pela formulação de políticas e gestão da educação.

Entre suas estratégias, destaca-se o incentivo à comunidade técnico-científica, universidades e instituições de pesquisa, para a produção de estudos e pesquisas direcionados a suprir demandas de informações em áreas não contempladas pelos estudos existentes. Esse conhecimento também é necessário para orientar as políticas e os planos de atuação em curso no Ministério. Estabelece, ainda, parcerias com insti-



tuições governamentais e não-governamentais, potencializando, assim, as ações de produção e coleta de informações úteis ao gerenciamento e monitoramento do sistema educacional brasileiro.



13 - POLÍTICAS E REFORMAS EDUCACIONAIS

A Carta Constitucional, promulgada em outubro de 1988, fundamenta-se, entre outros princípios, na cidadania e na dignidade da pessoa humana, e coloca como objetivos principais da República, no Art. 3º do Título I, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia de desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A educação, reconhecida *na* própria Constituição como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", insere-se nesse contexto, como instrumento de resgate da dignidade do cidadão e da qual depende o desenvolvimento do País e a sua soberania como Nação.

As finalidades e os objetivos gerais da educação nacional estão expressos em leis específicas.

Promulgada em 1961, a Lei n" 4. 024, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi posteriormente alterada pelas leis n° 5540/68, que abordou especificamente o ensino superior, e nºs 5692/71 e 7044/82, que alteraram as diretrizes e normas do ensino de 1º e 2º Graus.

Esse contexto legal sofrerá mudanças significativas pela nova Lei de Diretrizes e Bases e pelo Projeto de Emenda Constitucional, que visa a regular, sob novo enfoque, a partilha de responsabilidades em educação entre as três instâncias do Poder Público - União, estados e municípios - assim como definir a criação, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Esses textos encontram-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional.

O capítulo que trata da educação na Constituição determina:

- igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos;
- direito das universidades à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial que deve obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso a ele na idade própria;
- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino;
- atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade;
- organização dos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em regime de colaboração;
- estabelecimento por lei do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público.

13.1 - Planos Nacionais de Educação

13.1.1 - Plano Decenal de Educação para Todos

Ao assumir a qualidade da educação como eixo ordenador da Política Nacional de Educação Básica, e em cumprimento ao compromisso assumido em Jomtien-Tailândia, em março de 1990, na Conferência



de Educação para Todos, o Ministério da Educação - MEC - elaborou, em seu âmbito, 0 Plano Decenal de Educação para Todos. Este plano foi concebido para ser um instrumento de equalização e de correção de disparidades educacionais entre regiões e entre classes sociais.

O Plano Decenal considera que o principal agente de uma política de qualidade da educação é o professor, devendo a função do magistério ser publicamente reconhecida em sua relevância. A valorização do professor é concebida pela conjugação simultânea de três vertentes: carreira, condições de trabalho e qualificação. A educação infantil destaca-se no Plano Decenal como estratégia fundamental para assegurar à criança de 0 a 6 anos de idade os direitos estabelecidos pela Constituição.

A política educacional concentra esforços no desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares; na formação inicial e continuada dos profissionais da área; na oportunidade de atendimento educacional às crianças dos segmentos mais pobres; na redução do contingente atual de analfabetos e de jovens e adultos subescolarizados, por meio do atendimento dessa clientela em tempo e locais determinados, inclusive no próprio ambiente de trabalho, e mediante utilização de novas tecnologias de educação, sobretudo a tele-educação.

13.1.2 - Plano Plurianual na área da educação

Na perspectiva de promover o fortalecimento da escola fundamental, o MEC definiu como prioritárias, para o período de 1996 a 1999, as ações voltadas para esse nível, fornecendo mecanismos de apoio às instâncias estaduais e/ou municipais da administração pública. Sua linha de atuação volta-se para a valorização da escola e de sua autonomia, efetivada mediante a participação ativa da comunidade e dos diversos segmentos da sociedade.

O objetivo é a obtenção de melhores resultados para os alunos, por meio da gestão da qualidade, que se aplicará a todas as modalidades e níveis do ensino.

13.2- Principais características das reformas em curso

13.2.1 - A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Conforme já foi mencionado, encontra-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional um novo texto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A nova lei apresenta características inovadoras e propõe grande número de medidas que podem modificar o panorama educacional brasileiro. como pontos inovadores, em relação à legislação vigente, destacam-se:

- descentralização e autonomia para a escola, delegando a ela a incumbência de:
- elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.

O novo texto da LDB abre espaço à escola de ensino fundamental e médio, para que exerça sua autonomia na apresentação e execução de sua proposta pedagógica, incluindo-se a liberdade do docente no cumprimento de seu plano de trabalho e na promoção de meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, por intermédio de maior integração da escola/família/comunidade.

— descentralização e autonomia para a universidade:

A universidade é contemplada na nova LDB com destaque para a preocupação com a sua autonomia e descentralização. A lei faz, entretanto, algumas exigências, cujo descumprimento poderá determinar a suspensão dessa autonomia, parcial ou totalmente, ao estabelecer que "a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação."

Às instituições de ensino superior são dadas as prerrogativas de abreviar a duração dos cursos para os alunos que tenham comprovado extraordinário aproveitamento nos estudos; abrir matrícula nas disciplinas de seus cursos, quando houver vaga. a alunos não-regulares. submetidos à seleção; fornecer certificados de cursos superiores parciais a alunos que tenham obtido créditos, pelo menos, em seis disciplinas



correlatas e ministrar cursos seriados ou em créditos, de meio período, de período integral e, ainda, à distância.

- descentralização e autonomia para os sistemas de ensino:

O texto da nova LDB determina que os sistemas de ensino deverão ser organizados em regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios, definindo o papel que cada esfera administrativa deverá desempenhar.

— valorização do educador:

A nova lei prevê o aumento do nível de formação exigido para o exercício do magistério, em relação ao que vigora atualmente, determinando a "associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço"; a participação docente na elaboração e execução do projeto pedagógico da escola; e assegurando a valorização do profissional por meio de mecanismos como:

a - ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos;
b - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive em serviço;
c - piso salarial profissional;
d - incentivo à titulação e à produtividade;
e - período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho;
f - condições adequadas de trabalho.

13.2.2 - Projeto de Emenda Constitucional

A Constituição brasileira estabelece que os estados e municípios destinarão, no mínimo, 25% de sua arrecadação fiscal, incluídos os recursos recebidos por transferências entre governos, para a manutenção e desenvolvimento da educação.

Entretanto, a capacidade de investimentos dos estados e dos municípios no ensino fundamental depende da sua capacidade de arrecadação, o que provocou distorções acumuladas historicamente. Nas regiões com maior tradição educacional, como o Sul e o Sudeste, os estados desenvolveram redes mais amplas de atendimento escolar, liberando os municípios de um investimento proporcional ao crescimento da capacidade de arrecadação. Ao contrário, nas áreas menos desenvolvidas do Norte e do Nordeste, a expansão do atendimento escolar é mais recente, promovida pelos municípios numa velocidade superior ao crescimento da sua capacidade de arrecadação.

Os mecanismos de redistribuição da arrecadação dos tributos federais e estaduais para estados e municípios não garantem maior eqüidade, porque estão vinculados a critérios não educacionais como renda *per capita* e população total. Com algumas exceções, a capacidade de investimento de estados e municípios é inversamente proporcional às responsabilidades de cada um na manutenção das redes de ensino fundamental.

A Emenda Constitucional, já referida e em fase final de apreciação no Congresso Nacional, introduz um critério estritamente educacional na alocação dos recursos fiscais destinados constitucionalmente a educação. A emenda determinará que, nos próximos dez anos, pelo menos 60% desses recursos vinculados sejam destinados, exclusivamente, ao ensino fundamental obrigatório, constituindo-se um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, em cada unidade da federação.

Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental público e distribuídos, no âmbito de cada unidade da federação, entre os governos estadual e municipais, na proporção do número de alunos efetivamente matriculados nas escolas das redes estadual e municipal. Cada fundo assegurará um investimento mínimo por aluno/ano, fixado pelo Governo Federal. Se os mecanismos do Fundo não forem suficientes para atingir ao percentual mínimo, a União fornecerá os adicionais.

Essa redistribuição de recursos permitirá a cada unidade da federação promover ações que respondam às necessidades específicas do seu sistema de ensino, bem como dar remuneração condigna a seus professores do ensino fundamental. Para isso, no mínimo 60% dos recursos do fundo serão destinados aos

salários do magistério, que terão aumentos significativos, principalmente, nas regiões menos desenvolvidas do País.

É importante destacar, ainda, que o texto desse projeto define papéis e responsabilidades de cada nível do governo: União, Distrito Federal, estados e municípios, evitando que ocorram ações superpostas ou omissões e permitindo um atendimento que ofereça educação de qualidade a todos.

13.2.3 - Projeto de lei sobre a Educação Profissional

O ensino técnico-profissional é oferecido, hoje. simultaneamente e de forma integrada ao ensino médio geral ou, no ensino superior, em cursos de curta duração para a formação de tecnólogos. Ao lado desse sistema formal de educação profissional, atuam agências ligadas ao setor empresarial, que se dedicam à qualificação e formação profissional informal.

O governo federal e alguns estados mantém uma rede de escolas técnicas que oferece educação profissional formal a um número relativamente pequeno de alunos, considerando-se sua capacidade instalada e. em conseqüência, a um custo muito elevado.

Com a finalidade de ampliar as oportunidades de fonnação profissional e. ao mesmo tempo, tornar mais flexíveis as diferentes modalidades de formação, foi submetido ao Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre a Educação Profissional, entendida como um processo integrado às diferentes Formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a fim de propiciar o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

O projeto contempla três níveis de educação profissional:

- básico, na modalidade de educação não-formal, destinada à qualificação ou requalificação para o exercício de ocupações requeridas pelo mercado, compatível com nível de escolaridade do trabalhador;
- técnico, organizado independentemente do ensino médio geral e oferecido de forma simultânea ou seqüencial àquele;
- tecnológico, pós-secundário, estruturado para atendimento aos diversos setores da economia.

O projeto organiza, ainda, a Rede Federal de Educação Tecnológica, formada pelas escolas técnicas e suas unidades, descentralizadas, as escolas agrotécnicas Federais e os centros federais de educação tecnológica e suas unidades descentralizadas.

13.3 - Mudanças e inovações na educação

O Ministério da Educação e do Desporto considera importante a mobilização da sociedade e a busca de parcerias, para a execução das inovações propostas. Esta estratégia contém, em seu bojo, a intenção de incentivar e promover parcerias entre os níveis de governo e destes com os diversos segmentos da sociedade civil, para que as ações previstas tomem mais efetiva a educação brasileira. Esta postura é considerada fundamenta] para o resgate *da* qualidade.

Empenha-se o Ministério, ainda, em oferecer condições que garantam mudanças na estrutura institucional, no currículo, nas formas de gestão, nos processos de ensino-aprendizagem, nos mecanismos de comunicação com a comunidade, de forma a integra-los à vida da escola e às discussões sobre a educação. Para tanto, encontram-se em desenvolvimento os seguintes programas:

13.3.1- Repasse de recursos para a manutenção da escola

Este programa objetiva valorizar a escola como centro da ação educativa, que precisa de autonomia para decidir sobre questões pedagógicas, administrativas e Financeiras. O Fortalecimento da escola é condição necessária para o alcance de um novo patamar de gestão educacional, que dote as instituições de perfil próprio e competência para responder publicamente pelo resultado de seu trabalho.

O repasse de recursos diretamente à escola, sem a intermediação dos governos dos estados ou dos municípios, exige que a instituição lenha uma associação de pais e mestres, conselho escolar ou caixa escolar, havendo, assim, uma co-gestão dos recursos públicos com representantes da comunidade a que



pertence .1 escola, Cada instituição recebe um valor proporcional ao número de alunos e diferenciado segundo a região onde se localiza. Esses recursos são empregados na manutenção da escola e na aquisição de material.

Em 1996. 30 milhões de alunos e 180 mil estabelecimentos de ensino foram beneficiados pelo repasse direto de R$ 260 milhões .

13.3.2 - Educação à Distância

O atual governo tem feito um esforço para valorizar o papel *da* educação à distância, na implantação de uma nova cultura educacional, comprometida com a formação do educando em múltiplas linguagens e com a ampliação dos espaços educacionais e do conhecimento. Os objetivos da política da educação à distância são os seguintes:

• contribuir, por meio da disseminação de programas, conhecimentos e tecnologia aplicada à educação à distância, para a melhoria da qualidade, eqüidade e eficiência da educação básica, reduzindo as taxas de repetência e evasão, melhorando o rendimento dos alunos, aumentando as taxas de conclusão das séries/ graus e incentivando atitudes autônomas que sejam a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes;

• desenvolver programas de âmbito nacional de formação e capacitação permanente de professores e gestores *da* rede pública de ensino, proporcionando condições que permitam introduzir melhorias no currículo e nos processos de ensino-aprendizagem;

• desenvolver programas de formação profissional, bem como de caráter cultural, para atendimento .1 setores sociais mais amplos;

• articular o campo institucional, coordenando um sistema integrado e interativo de educação à distância. Nesta perspectiva, duas ações encontram-se em desenvolvimento:

TV Escola

O Ministério da Educação assumiu o compromisso de elevar o nfvel de capacitação dos professores do ensino fundamental da rede pública, para melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas em sala de aula e a aprendizagem. Foi criado o Programa TV Escola para a formação, aperfeiçoamento e valorização dos professores d*a* rede pública por meio de um canal de televisão exclusivo, via satélite, dedicado à educação.

Operando em caráter definitivo desde março de 1996, a TV Escola gera três horas de programação diária, repetida quatro vezes por dia, sob responsabilidade da Secretario de Educação à Distância do MEC. Ale 31/07/96 serão completadas 2 mil e 1 horas de emissão de programas, incluídas os 756 horas do período experimental (de 04/09 a 15/12/95).

A TV Escola exibe, também, vídeos pedagógicos para apoiar as aulas, são series sobre Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e, ainda, programas que abordam ética, identidade cultural, cidadania, meio ambiente, saúde, higiene e nutrição.

Cerca de 48 mil escolas do ensino fundamental com mais de 100 alunos estão recebendo, por intermédio das secretarias municipais e estaduais de educação, um *kit tecnológico:* uma antena parabólica, um aparelho de televisão, um videocassete e fitas VHS. Até dezembro deste ano, 20 milhões de alunos e um milhão de professores do ensino fundamental da rede pública, em todo o Brasil, estarão captando e gravando programas educativos, especialmente selecionados para formar as suas videotecas.

Programa de Informática na Educação

O Programa de Informática na Educação é uma das mais importantes iniciativas do MEC, rumo a uma política de eqüidade, qualidade e produtividade *da* educação pública. Seu objetivo básico é promovei O desenvolvimento da informática como instrumento de apoio ao processo ensino-aprendizagem, à capacitação dos docentes e à modernização da gestão escolar.



A meta física desse programa é equipar todas as escolas com mais de 250 alunos e que tenham cursos de 5° a 8ª séries do ensino fundamental e as de ensino médio, totalizando cerca de 1 5 mil estabelecimentos e I 1 milhões de alunos.

As ações para desenvolver o programa incluem:

a) definição e implantação da infra-estrutura tecnológica necessária (hardware, software e rede);

b) definição de custos e viabilidade econômica, bem como o estabelecimento das condições básicas para manutenção e suporte técnico;

C) elaboração e execução do processo licitatório;

d) formulação do projeto, com orientação, para utilização pedagógica do equipamento e capacitação do professor, aluno e outros usuários;

e) sistema de acompanhamento e avaliação;

1) mobilização da comunidade envolvida e disseminação de informações,

O programa será desenvolvido pelo MEC junto com as secretarias estaduais e municipais de educação. O Ministério atuará basicamente na definição de políticas e diretrizes, na articulação entre as esferas administrativas, no estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisas, *na* mobilização dos atores envolvidos, na aquisição de infra-estrutura e no repasse de recursos financeiros.

13.3.3 - Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais serão estabelecidos para todo o ensino fundamental. Na primeira etapa, está sendo definido o núcleo comum das quatro primeiras séries : Língua Portuguesa. Matemática, Ciências, História e Geografia.

Os PCN inovam ao propor a sistematização do ensino de questões como Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde. Estudos Econômicos e Pluralidade Étnica, temas reunidos com a denominação de Convívio Social e Ética. Esses temas serão integrados às matérias básicas por meio da transversalidade. Isto é, buscando permeá-las com as novas questões.

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o MEC pretende subsidiar a elaboração ou revisão curricular em cada estado, município e escola: orientar a fonnação de professores, a produção de livros e outros materiais didáticos; fomentar a discussão pedagógica interna das escolas, a formulação de projetos educativos, o trabalho cooperativo d*a* escola com especialistas em educação, bem como a avaliação *do* sistema educacional em nível nacional.

13.3.4 - Descentralização e extensão da Merenda Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, já totalmente descentralizado, atende a 34 milhões de crianças, destinando recursos a estados e municípios para o fornecimento de uma refeição diária. Em 1995, as escolas serviram a merenda durante 170 dias, contra 101 dias em 1994.

13.3.5 - Programa Nacional do Livro Didático

Neste Programa, destacam-se

• a expansão do atendimento, beneficiando também os alunos da *5ª a* 8ª séries; assim, em 1996, **pela** primeira vez, estão sendo atendidos, simultaneamente, todos os alunos da 1ª à 8ª séries do ensino fundamental das escolas públicas; este ano, foram distribuídos 110 milhões de livros contra 60 milhões em **1995;**

• a avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª séries do ensino fundamental, inscritos no programa, feita por professores e especialistas universitários, nas quatro áreas do conhecimento básico;

• a operação montada pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE - para colocar os livros em todas as escolas do País no início do ano letivo, fato inédito no Programa Nacional do livro Didático.



13.3.6 - Avaliação

O Ministério da Educação empenha-se em institucionalizar um processo de avaliação global do sistema educacional, para direcioná-lo em termos de objetivos, desempenho e, acima de tudo, em termos de qualidade.

Esse sistema de avaliação vai fornecer análises e informações capazes de identificar melhor os desafios da realidade educacional, bem como de localizá-los na imensidão e diversidade do território brasileiro, de modo a permitir um tratamento mais eficaz dos problemas e a definição de ações coerentes cora a política traçada para o campo da educação.

Algumas linhas de atuação nessa área, adotadas antes da atual administração, vêm recebendo, hoje, ênfase especial, tais como:

a) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Desde 1990, o MEC vem realizando um trabalho sistemático de aferição da qualidade do ensino e dos fatores associados à sua melhoria. Foram, assim, realizados três levantamentos nacionais - em 1990, 1993 e 1995.

Em 1995, ampliou-se o objetivo da proposta original, incluindo-se o ensino médio (2º Grau) e a rede privada de ensino; adotaram-se técnicas mais acuradas de medição do desempenho e dos níveis de proficiência dos alunos, possibilitando a construção de escalas de habilidade; foram incorporados novos instrumentos de levantamento de dados sobre as características sócio-econômicas e culturais e sobre os hábitos de estudo dos alunos. Nesse mesmo ano, o SAEB recebeu a adesão das 27 unidades da federação.

b) Exame Nacional de Cursos

Criado em 1995, esse exame é um dos elementos da prática avaliativa, com o objetivo de alimentar os processos de decisão e de Formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação. Visa a complementar as avaliações mais abrangentes das instituições e cursos de nível superior que analisam os [atores determinantes da qualidade e eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Prestarão o exame todos os alunos que vão concluir o curso de graduação.

O resultado do exame terá um papel complementar, devendo ser associado a um conjunto mais amplo de dados que compõem o processo avaliativo e que possibilitem a formulação de uma política adequada para o setor de ensino. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. o Programa de Avaliação dos Cursos de Graduação pela Comissão de Especialistas de Ensino, da Secretaria de Educação Superior- SESU, c o Sistema de Estatísticas Educacionais - SEEC são exemplos de outros mecanismos para a produção de indicadores qualitativos e quantitativos que, trabalhados de modo articulado com as informações oriundas do exame, devem oferecer subsídios significativos para análises contextuais mais amplas.

Em 1996, primeiro ano de aplicação do exame, serão avaliados os cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil e, em 1997, serão acrescentados os cursos de Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia. A cada ano, 3 novos cursos serão acrescidos ao trabalho avaliativo.



c) Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

A avaliação de desempenho das universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas.

Os indicadores institucionais da avaliação referem-se às dimensões ensino, produção acadêmica, extensão 6 gestão universitária, considerados básicos. No âmbito de cada instituição, outros indicadores podem ser acrescentados, por exemplo, informações contextuais que expressem aspectos como qualidade de vida no campus, interação com a comunidade social em seu entorno e com a comunidade científica.

No período 94/95, 55 instituições aderiram ao PAIUB. No período 95/96, o programa está atingindo 90 das 130 universidades brasileiras.

d) Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, que tem como objetivo central coordenar esforços ao sentido de melhorar a qualidade do pessoal docente das instituições de ensino superior, mantém um sistema de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Os cursos de mestrado e doutorado são avaliados por comissões de especialistas, a partir dos dados fornecidos, anualmente, pelas próprias instituições, por meio de formulários padronizados e de relatórios de visitas realizadas periodicamente pelos consultores.

Em 1996, a CAPES concluiu a avaliação de 1.128 cursos de mestrado e 598 de doutorado. Para examinar o desempenho desses cursos no biênio 1994/1995 reuniram-se 42 comissões de avaliação. Essas iniciativas visam a garantir condições para a efetiva consolidação de processos avaliativos diversos, complementares entre si. tomo mecanismos indispensáveis para a revisão e supervisão das políticas educacionais em todos os níveis.

13.3.7 - Mobilização da Sociedade

O MEC considera indispensável a participação da sociedade para a recuperação da qualidade da escola pública, especialmente no ensino fundamental. O objetivo do Ministério da Educação é incentivar o envolvimento entre a escola e a comunidade, estimulando o acompanhamento direto do desempenho da instituição.

• Programa Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola! - foi criado para mobilizar a sociedade brasileira, promovendo parcerias de apoio a iniciativas governamentais ou particulares, para equipar as escolas, recuperar as instalações e colaborar com a sua gestão. Por meio das parcerias estabelecidas com o Acorda Brasil!, foram obtidos cerca de R$ 15 milhões em doações de materiais, equipamentos e financiamento de ações do programa. Destacam-se a doação de U$ 1 milhão em equipamentos de vídeo e de 5 laboratórios de informática, 200 microcomputadores e 40 mil exemplares de enciclopédias.

• Fala, Brasil - Serviço de atendimento ao cidadão - montado por intermédio de parceria com a iniciativa privada, o sistema de discagem gratuita oferece ao cidadão um canal de comunicação com o MEC. Hoje. o Fala, Brasil recebe, em média, 2 mil chamadas diárias com solicitações, sugestões e reclamações sobre educação, tornando-se um instrumento de acompanhamento e repercussão das ações do Ministério.



13.3.8 - Ações específicas para o Nordeste

A região recebe atenção especial por intermédio do Projeto de Educação Básica para o Nordeste, principal instrumento de intervenção numa região marcada pela baixa produtividade dos seus sistemas públicos de ensino. O objetivo do Projeto Nordeste é melhorar a qualidade do ensino fundamental, com ênfase nas quatro primeiras séries.

A seguir, suas principais ações:

- desenvolvimento de programas de treinamento e atualização de professores.
- provimento de livros e materiais didáticos;
- apoio a programas de recuperação, ampliação e construção de unidades escolares e seus equipamentos;
- incentivo a estudos, pesquisas e inovações pedagógicas;

14 - COOPERAÇÃO BILATERAL, REGIONAL E INTERNACIONAL

O Ministério da Educação e do Desporto vem mantendo, no âmbito dos Acordos de Cooperação Cultural e Educacional, assinados com outros países e com organismos internacionais, convênios de intercâmbio, com vistas não só à cooperação técnica e financeira, mas também, à melhoria do atendimento educacional e da capacitação de recursos humanos que propiciem condições para a evolução da capacidade técnica e tecnológica do País.

Nesse sentido, 0 Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm proporcionado recursos que complementam as disponibilidades nacionais para projetos educacionais prioritários. Um exemplo importante é o Projeto Nordeste, em parceria com o Banco Mundial, que contempla os nove estados da Região Nordeste, destinado à capacitação e qualificação de docentes e de gestores educacionais, à melhoria da infra-estrutura das escolas e dos materiais pedagógicos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) mantém, igualmente, linha de cooperação com o Brasil na área da formação e capacitação de gestores e planejadores da educação.

No âmbito do Tratado de Assunção, que instituiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), foi criada uma Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL, encarregada da integração na área da educação, reconhecida como fundamental para garantir e consolidar o processo de integração regional e para qualificar os recursos humanos indispensáveis para apoiara integração econômica. As universidades e escolas técnicas foram especialmente convocadas a debater os temas de interesse para a integração, pesquisar meios de fortalecer as raízes culturais comuns e estimular as convergências necessárias à aproximação dos países-membros.

Foram assinados protocolos de reconhecimento de estudos e títulos de nível fundamental e médio não-técnico e de nivel superior - este último, para fins de prosseguimento de estudos. Protocolo de cooperação no campo da pós-graduação foi, igualmente, assinado entre os países-membros do MERCOSUL.

Cooperação frutífera tem-se desenvolvido, também, com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

No âmbito da cooperação bilateral, a Secretaria da Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) vem desenvolvendo atividades no campo d*a* cooperação e intercâmbio com a França, voltadas para as escolas técnicas da rede federal de ensino. Destaca-se, em especial, a área de ensino agrícola, com as seguintes atividades: estágio de aperfeiçoamento no Brasil para alunos franceses; estágio de aperfeiçoamento na França para professores brasileiros, no campo da Enologia, da Viticultura e da Microbiologia e visitas de estudos na França para dirigentes das instituições federais de educação média e tecnológica, com a finalidade de conhecer o sistema de formação profissional francês e de estabelecer programa de cooperação c intercâmbio na área de educação tecnológica.

No campo da pós-graduação, existem vários programas de cooperação e intercâmbio com diversos países, entre eles. os países-membros do MERCOSUL, demais países da América Latina e países da América do Norte e da Europa. Busca-se, por meio desses projetos, um aumento substantivo da produtividade e da qualidade do intercâmbio, considerando-se que o envolvimento das instituições privilegia o desenvolvimento de pesquisas em áreas prioritárias para o País.

Nesse sentido, foram introduzidos ajustes nos acordo com a França (COFECUB) e com a Alemanha (PROBRAL) e novos acordos foram firmados com a DFG (Academia de Ciências da Alemanha), com a Fundação Humboldt (Prêmio para Cientistas de Renome Internacional) e. igualmente, com a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, de Portugal (JNICT).

Recentemente, foi assinado com o Ministério da Educação da Argentina, convênio para a concessão de auxílios anuais a pesquisadores dos dois países, que estejam colaborando com colegas do outro em projeto original de pesquisa. Há convênio assinado com o Chile e foram encaminhadas propostas no mesmo sentido ao Paraguai e ao Uruguai.



É importante, ainda, ressaltar os esforços no sentido de fazer reconhecer no exterior o mérito dos cursos de mestrado do País, que obtiveram avaliação positiva da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação e do Desporto. Para tanto, [oram assinados os Acordos Rede Santos Dumont, com a França, HRK (Conferência de Reitores), com a Alemanha, e Margaret Mec, com a Grã-Bretanha.

O programa de Estudantes-convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que outorga bolsas, tem a finalidade de atender à procura de estudantes de países da América Latina, Caribe e África, que desejam fazer mestrado ou doutorado no Brasil.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição Federal. 1988

Lei nº 5692/71. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dó outras providências, Brasília. 1983.

Lei n° 7044/82. Altera dispositivos da Lei nº 5692/71 referentes à profissionalização do ensino de 2" Grau. nov. 1982.

Decreto nº 1917/96. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências, maio, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Parecer n" 30/1996 - redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", Brasília. 1993.

BRASIL. Ministério *da* Educação e do Desporto. SEDIAE/SEEC.

- Sinopse Estatística da Educação Pré-Escolar, 1994.
- Sinopse Estatística da Educação Fundamenta), 1992-1993-1994-1995.
- Sinopse Estatística da Educação Média. 199 3-1994.
- Sinopse Estatística da Educação Superior. 199 3-1994-1995.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília, 1994.

Imagens da Educação Brasileira. Brasília, 1995.

MEC. Secretaria de Política Educacional/SEEC. Formação de Professores: perfil da oferta. 6 dez. 1995.

Demanda Social por Educação: indicadores demográficos. Brasília, 1994.

MEC. 1NEP/CPS-SEEC. Educação Fundamental: dimensão da oferta (2) Brasília, fev. 1995.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Conferência Nacional de Educação para Todos: 1993-2003. Anais, pág. 492. Brasília, 1993.

MPO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. 1994.

MEC. Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Mimeo. set. 1995.

MEC. Secretaria de Educação Superior. Boletim de Dados Físicos e Orçamentários: Instituições Federais de Ensino Superior Supervisionados pelo MEC. - n" 7, 1993.

MEC. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. 1994.

MEC. SEDIAE/INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília, 1995.



MEC. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Metas da atual gestão. in INFOCAPES, 1995.

Perfil dos Cursos de Pós-Graduação, in INFOCAPES vol. 3. jan/jun, 1995.

BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1991.

BRASIL. Ministério da .Justiça. Secretaria dos Direitos da Cidadania. Plano de Ação para 1996- Mimeo. Brasília, fev. 1996.

CUNHA, Célio. A política nacional de educação e a divisão de responsabilidades, in Educação Brasileira (35) v. 17, julho/dezembro 1995.

DIDONET, Vital. Comentários ao Substitutivo de LDB apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, in Educação Brasileira (35) v. 17 julho/dezembro 1995.

DURHAM. Eunice Ribeiro. A autonomia em questão. Mimeo. - Brasília, 1996.

Em defesa das universidades federais. Mimeo - Brasília, 1996.

A política para o ensino fundamental. Mimeo - Brasília, 1996.

SPAGNOLO, Fernando. Aumentam os cursos "A" e "B": consolidação da pós-graduação ou afrouxamento da avaliação?, in Boletim Informativo/CAPES, 12 (3), 1995.

ZIEBELL, Clair R. e BECKER, Fernando. Meninos e Meninas de Rua: o que sabem e como pensam, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP, Brasília, (178), pág: 581-613, 1995.

MEC. SEMTEC. Contribuição para uma leitura compreensiva do Projeto de Lei sobre a Educação Profissional e a organização da Rede Federal de Educação Profissional. Mimeo, abril, 1996.



BRASIL
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E DO DESPORTO

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo